

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	AREN

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buñara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

###### SUPLENTE

Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elyc Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB).

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sático

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

###### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).



DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 434-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8.302-72, de 24 de outubro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — Revogar o item I, do Decreto Legislativo n. 418-71, de 16 de agosto de 1.971, que colocou Osvaldo Marques, funcionário do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, à disposição do Departamento de Polícia Federal;

II — Colocar à disposição do Departamento Nacional de Telecomunicações — DENTEL — neste Estado, o funcionário acima citado, sem prejuízos de seus vencimentos e vantagens.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 435-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.297-72, de 6 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo n. 324-71, de 23 de junho de 1.971, que colocou Gilberto Felix da Silva, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Prefeitura Municipal de Ivaiporã, a partir de 9 de outubro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 436-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.938-72, de 5 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Manoel Fernandes Maia Junior, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.970 e 1.971, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro de licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 12 de abril de 1.965 e 28 de fevereiro de 1.968, antecipado em razão da incorporação referente ao primeiro decênio, da contagem de tempo de que trata o Decreto Legislativo n. 189-65 de 25 de março de 1.965, e das férias referentes aos anos de 1.966, 1.965, 1.966, 1.967, dez (10) dias de 1.963 e quinze (15) dias de 1.964, contados em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 25 de fevereiro de 1.972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 437-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.324-72, de 16 de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

reajustar, a partir de 16 de agosto de 1.972, a pensão mensal concedida a Esther Gomes do Amaral, única filha solteira do ex-Deputado Estadual José Gomes do Amaral, para o valor correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos subsídios de Deputado Estadual, com fundamento no § 3.º, do Art. 5.º, da Lei n. 4.946, de 31 de outubro de 1.964.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 438-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 8.131-72, de 16 de outubro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário José Ary Valério, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 16 de outubro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 439-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.601-72, de 28 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Maria Menegusso, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 7 de maio de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para

todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 440-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.577-72, de 27 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, isolado, de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 441-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.429-72, de 21 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

designar o funcionário José Renato Duarte, para compor a Comissão Revisora instituída pelo Decreto Legislativo n. 389-72, de 28 de agosto de 1.972, em substituição ao funcionário Dario Fortunato Darif.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 442-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.270-72, de 14 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder à Rosalina Pereira Santin, ocupante do cargo de nível "PL-15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 7 de julho de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 443-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.894-72, de 4 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Andreilina Correia Alves, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 7 de janeiro de 1963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 444-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.650-72, de 25 de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Luiz Fernando Tatara Ribas, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (7) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.969, 1.970 e 1.971 e de quinze (15) dias de 1.968, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 17 de setembro de 1962 e 17 de abril de 1.967, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1.965, 1.966 e de quinze (15) dias de 1964, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 445-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.833-72, de 31 de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a José Ary Valério, ocupante do cargo de nível "PL-19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupa-



cional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, tres (3) meses de licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 1.º quinquênio, compreendido entre 31 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 446-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.819-72, de 31 de agosto de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo n. 84-66, de 11 de março de 1.966, para declarar que a licença especial ali concedida a Acácio Taques de Araújo, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, se refere ao decênio compreendido entre 16 de agosto de 1950 e igual data de 1.960 e não como consta naquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 447-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.590-72, de 27 de setembro de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder licença sem vencimentos, a Clovis Freitas, ocupante do Cargo de Oficial de Administração, nível "PL-23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, de acordo com a Lei Federal n. 3.506-58, de 27 de dezembro de 1958, a partir de 15 de setembro de 1972, para concorrer a cargo eletivo, ficando revogado a partir da mesma data, o Decreto Legislativo n. 76-71, de 12 de fevereiro de 1.970, na parte que se refere ao funcionário acima citado, que designou-o para exercer a função de Auxiliar de Gabinete da 1.ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 448-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.143-72, de 13 de setembro de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Maria Dolores Tulio Barvik, ocupante do cargo de nível "PL-14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 7 de janeiro de 1.963 e 7 de novembro de 1.967, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1965, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 7 de maio de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 449-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.891-72, de 4 de setembro de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Ana Cristina Souza, ocupante do cargo de nível "PL-17" da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 7 de janeiro de 1.963 e 7 de dezembro de 1.967, antecipado em razão de quinze (15) dias das férias referentes ao ano de 1.966, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos de acordo com o art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 1.º de abril de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 450-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.512-72, de 25 de setembro de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Rubens Padilha Mendes, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de dois (2) meses e vinte e dois (22) dias, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971 e onze (11) dias de 1.970, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio, compreendido entre 1.º de março de 1.967 e 1.º de janeiro de 1971, antecipado em razão da incorporação referente ao segundo decênio e das férias relativas ao ano de 1.967, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 451-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 7.180-72, de 14 de setembro de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária Lidia Muchinski, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de março de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N. 452-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 6.907-72, de 4 de setembro de 1.972, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n. 471-70, de 30 de setembro de 1.970, na parte que se refere a funcionária Eumeria de Oliveira;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de setembro de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de outubro de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 169.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 6 de Novembro de 1972 - (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Xerofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzar, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Mansur, Lázaro Dumont, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n. 77-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 61-70, de autoria do Sr. Deputado Sílvio Barros, autoriza o Poder Executivo, doar um Gabinete Dentário ao Sindicato dos Arrumadores de Maringá. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 7, terça-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n. 78-72.

Levanta-se a Sessão.

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 170.ª Sessão Ordinária Realizada em 6 de Novembro de 1972 - (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos srs. Deputados Arthur de Souza e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Gariel Manoel — Hélio Manfrinato — João Fadel — Jorge Sato — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Bara-



niuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias e Xenofonte Villanueva. (31); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Basilio Zanusso — Candido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — Francisco Escorsin — Fuad Nacili — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Mansur — Lázaro Dumont — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima e Wilson Brandão. (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N. 52-72

Curitiba, 12 de outubro de 1972.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei e a respectiva exposição de motivos, do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a lei orgânica do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Estando alguns de seus preceitos vinculados ao princípio da anualidade, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil e no Código Tributário Nacional e estando próximo o encerramento do período ordinário de reuniões da Assembléia Legislativa do Estado solicito, na forma do § 3.º do art. 25 da Constituição do Paraná, o prazo de quarenta e cinco dias para o processo legislativo do anexo anteprojeto de lei.

Certo de que o Plano de lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda

Of. n. 651-72

Curitiba, 11 de outubro de 1972

Senhor Governador.

O incluso anteprojeto de lei visa, fundamentalmente, consolidar, em um só diploma, as normas legislativas esparsas de origem nacional e estadual concernentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias — ICM, bem como instituir algumas regras novas e aperfeiçoar conceitos anteriores com base na experiência já desenvolvida desde a reforma tributária advinda com a Emenda Constitucional n. 18 de 1.º de dezembro de 1965.

2. O esboço de lei, ora submetido ao crivo de Vossa Excelência, é casuístico em relação à matéria tributária abrangida pelo princípio de reserva legal de que trata o art. 97 do Código Tributário Nacional. As demais disposições estão, todavia, alinhadas sob forma programática e flexível, ensejando a sua respectiva e imediata adequação às novas situações decorrentes do aprimoramento sempre contínuo do sistema tributário.

3. O anexo desígnio de lei, além de ter, em primeiro plano, um sentido tributário, — de orientação ao ingresso da receita derivada — traz, também, em seu bojo, alguns instrumentos extra-fiscais de política fiscal. Podem, no particular, ser reportados a dilatação de prazo de pagamento para o setor industrial, a redução na base de cálculo, o crédito presumido, o diferimento e a suspensão do pagamento, a manutenção de créditos e as operações privilegiadas, em que não ocorre débito de imposto.

4. O mecanismo administrativo de processo e de penalidades fiscais foi reestruturado, de forma a desencorajar a transgressão tributária e a agilizar a cobrança dos créditos tributários pendentes.

5. O anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossa Excelência é o resultado de exaustivos estudos da Secretaria da Fazenda e das entidades de classe interessadas. O trabalho inicial foi distribuído às associações representativas dos contribuintes, para o oferecimento de sugestões. Vencida essa fase, foi constituído um grupo de trabalho, com a participação de um representante indicado pelo Instituto de Direito Tributário do Paraná, com a precípua missão de analisar as sugestões apresentadas e elaborar documento consecutivo sobre a matéria.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, meus protestos de elevado apreço e real consideração.

a) Mauricio Schulman

Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado

N/CAPITAL.

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: LEI ORGÂNICA DO ICM

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º — Esta lei institui, na forma do inciso II do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM).

## CAPÍTULO I DO FATO GERADOR

Art. 2.º — O ICM tem como fato gerador:

I — a saída de mercadoria de estabelecimento comercial, industrial ou produtor;

II — a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, decorrente de operação realizada pelo titular do estabelecimento, de mercadorias:

a) importadas do exterior;  
b) importadas e apreendidas, arrematadas em leilão ou adquiridas em concorrência promovida pelo poder público;

III — o fornecimento de alimentação, bebidas e de outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

§ 1.º — Equipara-se à saída:

1. a transmissão da propriedade sobre mercadoria quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente;

2. o fornecimento de mercadorias com prestação de serviço, especificado como sujeito ao tributo estadual na lista de serviços para os efeitos do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza;

3. o fornecimento de mercadoria envolvendo prestação de serviço não especificado na lista a que se refere o item anterior.

§ 2.º — Quando a mercadoria for remetida para armazém-geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, a saída considera-se ocorrida no lugar do estabelecimento remetente:

1. no momento da saída da mercadoria do armazém-geral ou do depósito fechado, salvo se para retornar ao estabelecimento de origem;

2. no momento da transmissão de propriedade sobre mercadoria depositada em armazém-geral ou depósito fechado.

§ 3.º — A natureza jurídica da operação tributável é irrelevante na caracterização do fato gerador.

§ 4.º — A empresa prestadora de serviço, inscrita como contribuinte do ICM, é abrangida pela norma do inciso II deste artigo.

## CAPÍTULO II

### DA BASE DE CÁLCULO

Art. 3.º — A base de cálculo do ICM é:

I — o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

II — na falta do valor a que se refere o inciso anterior, o preço da mercadoria, ou sua similar, ao mercado atacadista da praça do remetente;

III — na falta do valor e na impossibilidade de se determinar o preço aludido no inciso anterior:

a) se o remetente for industrial, o preço FOB estabelecimento industrial à vista;

b) se o remetente for comerciante o preço FOB estabelecimento comercial, à vista em vendas a outros comerciantes ou industriais;

IV — no caso de entrada de mercadoria importada em estabelecimento de contribuinte importador, a base de cálculo é o valor constante dos documentos de importação, convertido em cruzeiros à taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso, acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e das demais despesas até o desembarço na repartição alfandegária;

V — na saída de mercadoria para o exterior, o valor líquido faturado a ele não se adicionando frete auferido por terceiro, seguro ou despesas decorrentes do serviço de embarque por via aérea ou marítima;

VI — na saída de mercadoria decorrente de venda aos encarregados da execução da política de preços mínimos, — o preço mínimo fixado pela autoridade federal competente;

VII — na hipótese de fornecimento de mercadoria com prestação de serviço não discriminado na lista de serviços, — o valor da mercadoria somado ao preço do serviço prestado;

VIII — na hipótese de regime especial para circulação de produtos agropecuários ou extrativo-vegetais, — os valores que forem apurados e indicados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

IX — na saída de veículos, máquinas e aparelhos usados que tenham sido recebidos de pessoas não qualificadas como contribuinte, para comercialização e cuja entrada tenha sido regularmente registrada, 10% (dez por cento) do valor da operação de que decorrer a saída;

X — na saída dos bens referidos no inciso anterior que tenham sido recebidos com crédito do imposto calculado sobre 10% (dez por cento) do valor da operação, — a mesma base de cálculo referida no inciso anterior;

XI — na saída de bem de capital de origem estrangeira promovida pelo estabelecimento que, com a isenção prevista no inciso XVI do art. 45, houver realizado a importação, — a diferença entre o valor da operação de que decorrer a saída e o custo da aquisição do referido bem, observado o disposto no § 9.º deste artigo;

XII — no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares, — o preço do fornecimento, incluída a parcela da gorjeta debitada na Nota Fiscal;

XIII — na entrada em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, decorrente de operação realizada pelo titular do estabelecimento, de mercadorias arrematadas em leilão ou adquiridas em concorrência promovida pelo Poder Público, — o preço total da arrematação;

XIV — na saída de mercadoria de estabelecimento industrial, em retorno ao estabelecimento que a tenha remetido para industrialização, — o valor agregado pelo estabelecimento que efetuar a industrialização.

§ 1.º — Na saída de mercadoria para estabelecimento em outra unidade federada, pertencente ao mesmo titular ou seu representante, quando as mercadorias não devam sofrer, no estabelecimento de destino, alteração de qualquer espécie, salvo reacondicionamento e quando a remessa for feita por preço de venda a não contribuinte, uniforme em todo o País, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) deste preço.

§ 2.º — Na hipótese da letra "b" do inciso III deste artigo, se o estabelecimento comercial remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou a industriais, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do preço de venda no estabelecimento remetente, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3.º — Para aplicação do inciso III deste artigo, adotar-se-á a média ponderada dos preços efetivamente cobrados pelo estabelecimento remetente no segundo mês anterior ao da remessa.

§ 4.º — Nas operações interestaduais, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, quando houver reajuste do valor da operação depois da remessa, a diferença ficará sujeita ao ICM no estabelecimento de origem.

§ 5.º — Na base do cálculo serão incluídas as despesas acessórias debitadas pelo sujeito passivo ao comprador ou destinatário, excluindo-se, porém, os descontos ou abatimentos no preço, registrados na Nota Fiscal e concedidos independentemente de qualquer condição, como tal entendida a que estiver subordinado a eventos futuros e incertos (art. 114 do Código Civil).

§ 6.º — O montante do ICM é parte integrante da base de cálculo do tributo, constituindo o seu respectivo destaque, nos documentos fiscais, mera indicação para fins de controle.



§ 7.º — O montante do imposto sobre produtos industrializados não integra a base de cálculo do ICM;

1. quando a operação constitua fato gerador de ambos os tributos;
2. em relação às mercadorias sujeitas ao imposto sobre produtos industrializados com base de cálculo relacionada com o preço máximo de venda no varejo, marcado pelo fabricante.

§ 8.º — Na saída de peça, parte, sobressalente e acessório, aplicado no bem usado, não se aplicam as normas dos incisos IX e X deste artigo.

§ 9.º — Para os efeitos do inciso XI deste artigo, consideram-se bens de capital as máquinas e aparelhos, bem como as suas peças acessórios e sobressalentes, classificados nos capítulos 84 (oitenta e quatro) a 90 (noventa) da Tabela anexa ao Regulamento do IPI, quando por sua natureza, se destinarem a emprego direto na produção agrícola ou industrial e na prestação de serviços (parágrafo único do art. 3.º da Lei Complementar n. 4 de 2 de setembro de 1969).

§ 10 — Aplica-se o disposto no inciso V deste artigo às saídas de mercadorias de estabelecimento comercial ou produtor, ou de seus depósitos para os estabelecimentos a que se referem os itens 1 e 2 do § 1.º do art. 45.

Art. 4.º — Quando o comerciante atacadista ou industrial for responsável pelo tributo devido pelo varejista paranaense a base de cálculo do ICM é:

I — o preço de venda a varejo, excluído o imposto sobre produtos industrializados, no caso de mercadorias cuja base de cálculo do tributo de competência da União esteja relacionada com o preço máximo de venda ao varejo, marcado pelo fabricante;

II — o preço de venda a varejo, no caso de mercadoria que tenha preço de venda fixado por deliberação do fabricante ou em razão de medida de controle econômico ou social;

III — nos demais casos — o valor ou preço da mercadoria cobrado pelo industrial ou comerciante atacadista, acrescido de relação percentual representativa do valor adicionado, a ser apurada e indicada em Instrução da Secretaria da Fazenda, computando-se a parcela do imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único. Quando se tratar das operações indicadas neste artigo realizadas no âmbito interestadual, as bases de cálculo do ICM serão estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda de conformidade com o que dispuserem normas estabelecidas em decorrência de ratificação de Convênio ou Protocolo de Estados.

Art. 5.º — A base de cálculo do ICM poderá ser fixada pela Secretaria da Fazenda mediante estimativa nos seguintes casos:

I — em ação fiscal:

a) quando incorrer a exibição, a servidor da Secretaria da Fazenda, dos elementos necessários à comprovação do valor da operação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

b) quando ocorrer fundamentada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor da operação;

c) quando ocorrer transporte ou armazenagem de mercadorias sem os documentos fiscais exigíveis;

II — em lançamento de ofício, abrangendo:

a) estabelecimentos varejistas;

b) vendedores ambulantes sem conexão com estabelecimento fixo ou pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio.

Parágrafo único. Na hipótese da alínea "a" do inciso II deste artigo garantir-se-á, alternativamente:

1. o aproveitamento integral ou parcelado do crédito concernente às entradas de mercadorias;

2. o reajuste ou restituição do ICM sob a forma de compensação do período seguinte.

Art. 6.º — Compete à Secretaria da Fazenda manter atualizada, para efeitos de observância pelo contribuinte como base de cálculo na falta de valor da operação de que decorrer a saída de mercadoria, tabela dos preços correntes no mercado atacadista das diversas regiões fiscais.

Art. 7.º — A Secretaria da Fazenda, conforme normas estabelecidas em Convênio ou Protocolo de Estados, devidamente retificado, poderá estabelecer regime especial de redução na base de cálculos ou valores específicos para cada produto.

### CAPÍTULO III DA ALÍQUOTA

Art. 8.º — São as seguintes as alíquotas do ICM:

I — nas operações internas, 15% (quinze e meio por cento) em 1973 e 15% (quinze por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1974;

II — nas operações interestaduais e nas de exportação, 13,5% (treze e meio por cento) em 1973 e 13% (treze por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1974;

Parágrafo único. Consideram-se operações internas:

1. aquelas em que o remetente e o destinatário da mercadoria estejam situados no território paranaense;

2. aquelas em que o destinatário, embora situado em outro Estado, não seja contribuinte do ICM ou, sendo contribuinte, tenha adquirido a mercadoria para uso e consumo próprios;

3. as de entrada, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria importada do exterior pelo titular desse estabelecimento.

Art. 9.º — Do produto da arrecadação, realizada de acordo com as alíquotas previstas no artigo anterior, 20% (vinte por cento) constituem receita dos Municípios.

Parágrafo único. Os prazos e a forma de depósito e escrituração, os critérios de cálculo dos índices de distribuição da quota municipal do ICM serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observadas as normas específicas constantes da legislação federal relativa à matéria.

Art. 10 — Nas saídas de mercadorias, promovidas por contribuintes inscritos, a serem vendidas sem destinatário certo, por meio de veículo de qualquer espécie, no território paranaense ou no de outro Estado, o ICM será calculado na Nota Fiscal, aplicando-se a alíquota relativa às operações internas sobre o valor total dessas mercadorias.

§ 1.º — Na Instrução que for expedida pela Secretaria da Fazenda, regulamentando a escrituração e o pagamento do ICM, em relação ao comércio ambulante em conexão com estabelecimento fixo, garantir-se-á, em relação às mercadorias negociadas em outra unidade federada:

1. o crédito correspondente à diferença entre as alíquotas relativas às operações internas e às interestaduais, cujo recolhimento ao Estado destinatário seja devidamente comprovado;

2. o crédito do ICM destacado no documento fiscal de remessa e calculado mediante aplicação da alíquota relativa às operações internas, deduzida a parcela do tributo correspondente às mercadorias entregues no Estado destinatário e que não retornaram ao estabelecimento que as tenha remetido.

§ 2.º — Nas entregas a serem realizadas em território paranaense, de mercadorias trazidas sem destinatário certo, para comércio ambulante, por contribuinte de outra unidade da Federação, o ICM é calculado à alíquota relativa às operações internas sobre o valor das mercadorias transportadas e antecipadamente recolhido na repartição da Secretaria da Fazenda do Paraná, existente no primeiro município paranaense por onde passar, admitida a dedução do tributo pago no Estado de origem até a importância resultante da aplicação da alíquota correspondente às operações interestaduais sobre o valor das mercadorias, indicado nos documentos fiscais.

§ 3.º — Em relação às mercadorias indicadas no parágrafo anterior, que retornarem ao Estado de origem, garantir-se-á na forma a ser explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda, o reembolso da importância relativa à diferença de alíquota.

### CAPÍTULO IV

#### DO SUJEITO PASSIVO

##### SEÇÃO I

#### DO CONTRIBUINTE

Art. 11 — São contribuintes do ICM o comerciante o industrial e o produtor que promovam, em relação às mercadorias, quaisquer das seguintes operações:

I — saída;

II — importação do exterior;

III — arrematação em leilão ou aquisição, em concorrência realizada pelo Poder Público de bens importados e apreendidos;

IV — o fornecimento de alimentação, bebidas e de outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

Parágrafo único. Consideram-se, também, contribuintes:

1. as sociedades civis de fins econômicos, inclusive cooperativas que pratiquem, com habitualidade operações relativas à circulação de mercadorias;

2. as sociedades civis de fins não econômicos que explorem estabelecimentos industriais ou que pratiquem, com habitualidade, venda de mercadorias que para esse fim adquirirem;

3. os órgãos de administração pública direta, as autarquias e empresas públicas federais, estaduais ou municipais, que vendam, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional, ou funcional, mercadorias que, para esse fim, adquirirem ou produzirem;

4. as empresas prestadoras de serviço:

a) cujo fornecimento de mercadorias é onerado pelo ICM, conforme determinação expressa constante da Lista de Serviços, fixada na legislação nacional;

b) fornecedoras de mercadorias juntamente com prestação de serviços não incluídos na Lista referida na alínea anterior.

Art. 12 — Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento de comerciante, industrial ou de produtor, com relação a cada fato gerador que decorra de ato que praticar.

§ 1.º — É considerado estabelecimento o local onde o contribuinte exerce a sua atividade geradora da obrigação tributária principal, em caráter permanente ou temporário, bem como o depósito fechado onde se encontram armazenadas as suas mercadorias.

§ 2.º — Por depósito fechado do contribuinte entende-se o local destinado exclusivamente ao armazenamento de suas mercadorias e no qual não se realizam vendas.

§ 3.º — É também considerado estabelecimento o veículo, de qualquer espécie, utilizado nas operações realizadas por vendedor ambulante.

§ 4.º — Quando o comércio ambulante for exercido em conexão com o estabelecimento fixo, existente no Estado, sob sua dependência, o veículo transportador é considerado prolongamento desse estabelecimento.

##### SEÇÃO II

#### DO RESPONSÁVEL

Art. 13 — São responsáveis pelo pagamento do ICM devido:

I — o transportador:

a) em relação à mercadoria que despachar ou transportar desacompanhada da documentação fiscal exigível ou com documentação inidônea;

b) em relação à mercadoria transportada de outro Estado para entrega sem destinatário certo em território paranaense;

c) em relação à mercadoria transportada que for negociada com interrupção do trânsito em território paranaense;

II — o armazém geral e o depositário a qualquer título:

a) na saída de mercadoria depositada, no Paraná, por contribuinte de outra unidade da federação;

b) na transmissão de propriedade sobre mercadoria, equiparada à saída, depositada no Paraná por contribuinte de outra unidade federada;

c) quando mantiver armazenada mercadoria que receber para depósito ou, ainda, quando autorizar a sua saída física ou ficta, esta decorrente apenas de transmissão de propriedade, sem documentação idônea;

III — o contribuinte estabelecido neste Estado, em relação à saída de mercadoria a ele destinada por produtor paranaense quando este não estiver inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado e desde que o remetente e o destinatário estejam situados na mesma região fiscal;

IV — o comerciante atacadista, o industrial ou o produtor, inscrito como contribuinte, na forma a ser regulamentada em Instrução da Secretaria da Fazenda, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado, de café torrado e/ou moído, leite, pães, bolachas, bebidas alcoólicas, refrigerantes, cimento, produtos alimentícios, produtos de confeitaria, farinha de trigo, cigarros, charutos, cigarilhas, fumo para cachimbo, fumo desfiado e encarteirado, fumo tipo crespão, papel para cigarros e carne verde;

V — o contribuinte em relação à mercadoria cuja fase de diferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VI — o contribuinte que promover saída isenta, ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou sus-



pensão, em relação ao ICM suspenso ou diferido concernente a aquisição ou recebimento, sem direito a crédito;

VII — qualquer pessoa em relação a mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento inidôneo;

VIII — o leiloeiro, síndico, comissário, e liquidante, em relação às operações de conta alheia;

IX — os contribuintes arrolados no § 1.º do art. 6.º do Decreto-lei n.º 406 de 31 de dezembro de 1968, ou seus agentes financeiros, em relação a aquisição de mercadorias, quando essa responsabilidade for estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda e em termo de acordo.

Parágrafo Único. O responsável subroga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

### SEÇÃO III

#### DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Art. 14 — São solidariamente responsáveis pelo imposto devido, pelo contribuinte ou responsável:

I — os despachantes que tenham promovido o despacho:

a) relativo à saída de mercadoria, sem a documentação fiscal exigível;

b) relativo à entrada de mercadoria estrangeira, saída da repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou arrematado;

II — os entrepostos aduaneiros ou industriais que promovam, sem a documentação fiscal exigível:

a) saída de mercadoria para o exterior;

b) saída de mercadoria estrangeira depositada no entreposto com destino ao mercado interno;

c) reintrodução de mercadoria.

### CAPÍTULO V

#### DO CADASTRO

Art. 15 — A Secretaria da Fazenda manterá um cadastro atualizado das pessoas físicas e jurídicas vinculadas obrigacionalmente o ICM, objetivando:

I — a identificação fiscal do sujeito passivo da obrigação tributária principal, ou dos intermediários de negócio;

II — instituir um sistema de processamento de dados, juntamente com as guias de recolhimento e de apuração do ICM e outros documentos fiscais, que propicie orientação no setor de fiscalização tributária;

III — registro, análise e acompanhamento da receita derivada, de maneira a oferecer maior segurança e a permitir a previsão da arrecadação e formulação da política tributária.

Art. 16 — Compete à Secretaria da Fazenda expedir Instrução estabelecendo as normas para inscrição, alteração e exclusão no cadastro de que trata o artigo anterior, bem como os modelos dos respectivos documentos.

§ 1.º — A inscrição deve ser solicitada antes do início das operações concernentes à circulação de mercadorias em relação a cada estabelecimento, na repartição fazendária estadual do domicílio tributário do requerente, assim entendida a da localidade onde estiver situado o estabelecimento no qual se promovam operações tributáveis.

§ 2.º — Quando o estabelecimento for imóvel rural, situado em território de mais de um município paranaense, o contribuinte deverá solicitar a inscrição na repartição fazendária estadual mais próxima da sede desse estabelecimento.

§ 3.º — A Secretaria da Fazenda poderá, mediante Instrução, estabelecer os casos e condições:

1. de dispensa de inscrição;

2. de inscrição provisória;

3. de inscrição obrigatória.

§ 4.º — As alterações tais como fusão, incorporação, aquisição, transferência, de denominação social ou ramo de atividade, devem ser comunicadas à repartição fazendária, no prazo de até dez dias da ocorrência.

§ 5.º — O contribuinte que cessar definitivamente a sua atividade deve requerer junto à Secretaria da Fazenda, no prazo de trinta dias da ocorrência, a sua exclusão do Cadastro do ICM, entregando, à repartição fazendária, para inutilização, os blocos de notas fiscais não utilizados bem como, para fins de levantamento fiscal, os livros fiscais e blocos de notas fiscais utilizados.

§ 6.º — A paralização temporária das atividades deve ser comunicada por escrito pelo contribuinte, à repartição fazendária do seu domicílio tributário, no prazo de até cinco dias contados da referida paralização, depositando, na ocasião, os blocos de notas fiscais não utilizados, para custódia até o reinício das atividades.

Art. 17 — Em relação a cada inclusão de contribuinte no Cadastro do ICM a Secretaria da Fazenda fornecerá um documento fiscal de identidade, numerado segundo critérios técnicos convenientes.

§ 1.º — O número de inscrição deve ser impresso em todos os documentos fiscais que o sujeito passivo emitir.

§ 2.º — A Secretaria da Fazenda poderá adotar, mediante Instrução, o uso de carimbo padronizado onde constem as identificações fiscais estadual e federal.

Art. 18 — O Cadastro do ICM deverá indicar, em relação a cada unidade econômica inscrita, no mínimo, os seguintes elementos básicos:

I — número de inscrição estadual;

II — número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC);

III — firma ou denominação social;

IV — endereço, composto pelo menos de:

1. rua e número;

2. distrito ou subdistrito;

3. município.

V — Código de Atividade Econômica, a ser explicitado através de Instrução da Secretaria da Fazenda com base em Convênio celebrado entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

### CAPÍTULO VI

#### DA ÉPOCA DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

### SEÇÃO I

#### DOS PRAZOS

Art. 19 — Devem ser observadas as seguintes épocas para pagamento do ICM:

I — pelos estabelecimentos varejistas sujeitos ao sistema de lançamento de ofício, por estimativa, e pelos estabelecimentos comerciais e de produtores inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, sujeitos ao sistema de autolancamento, — os prazos escalonados de conformidade com critérios técnicos fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

II — pelos estabelecimentos fabricantes, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, — a partir de 30 (trinta) dias após o período considerado, nos prazos e condições previstos em Instrução da Secretaria da Fazenda;

III — pelos estabelecimentos importadores de mercadorias estrangeiras;

1. até o quinto dia útil imediato ao da entrada dos produtos no estabelecimento importador;

2. quando ocorrer a transmissão da propriedade sobre a mercadoria importada, sem que esta tenha transitado pelo estabelecimento do importador, — os prazos facultados no inciso I deste artigo, para o regime de autolancamento, em relação ao período considerado;

IV — pelos estabelecimentos na condição de responsáveis, — nos prazos especiais estabelecidos em Instrução da Secretaria da Fazenda;

V — na saída de mercadorias, promovida por vendedor ambulante, sem conexão com estabelecimento fixo, ou por pessoa ou entidade que atue temporariamente no comércio, — antes do início da atividade tributável;

VI — na saída tributável em que não ocorra substituição tributária, promovida por produtor não inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado, — no momento da expedição da mercadoria;

VII — na entrega de mercadorias trazidas de outros Estados, sem destino certo nesta unidade federada, — antecipadamente, na primeira repartição da Secretaria da Fazenda por onde passar, observado o disposto no § 2.º do artigo 10;

VIII — no caso de reintrodução de mercadoria no mercado interno, promovida por estabelecimento de empresa exclusivamente exportadora, armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro, nos prazos e condições fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

IX — quando houver reajuste do valor da operação, depois da remessa interestadual de mercadoria, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, em relação à diferença devida ao Paraná, — os prazos facultados nos incisos I e II deste artigo;

X — quando houver crédito tributário ao final do período correspondente ao lançamento de ofício — até 15 (quinze) dias contados do encerramento do período lançado por estimativa.

§ 1.º — Nos casos indicados no inciso I deste artigo, os dias fixados em Instrução referem-se ao mês seguinte ao período compreendido, assim entendido o mês anterior.

§ 2.º — A regra do inciso II deste artigo não abrange os contribuintes equiparados a estabelecimento industrial na forma da legislação tributária federal, os quais, juntamente com os demais estabelecimentos industriais ou fabris que não atendam as condições, deverão observar os prazos facultados no inciso I deste artigo.

§ 3.º — A regra do inciso II não abrange, igualmente, os pagamentos de ICM:

1. na condição de responsável;

2. em decorrência de entrada de mercadoria importada pelo titular do estabelecimento, nos casos do item 1. do inciso III deste artigo.

§ 4.º — Quando o pagamento for efetivado através da rede bancária, considerar-se-á data de recolhimento, na observância dos prazos facultados nesta lei, a do depósito do ICM no banco, a favor do sujeito ativo da obrigação tributária.

§ 5.º — No caso indicado no inciso VIII deste artigo, a reintrodução da mercadoria no mercado interno tornará devido o ICM que deixou de ser recolhido na saída aos destinatários ali referidos.

§ 6.º — Os estornos de créditos devem ser procedidos no período considerado em que se tornarem exigíveis de acordo com esta Lei.

Art. 20 — A Secretaria da Fazenda poderá estabelecer regimes especiais para tratamento diferenciado em relação às épocas de pagamento do ICM, estabelecendo, através de Instrução, diferimento, suspensão ou dilação de prazo.

§ 1.º — Nas hipóteses de diferimento ou de suspensão os documentos fiscais não conterão destaque do ICM e as operações serão lançadas nos livros fiscais, sem débito e crédito do imposto.

§ 2.º — Compete à Secretaria da Fazenda eleger, através de Instrução, a época do pagamento do ICM, nos casos de cobrança única do tributo estadual, numa das etapas da circulação de mercadorias.

Art. 21 — Quando ocorrer infração, as importâncias cabíveis e relativas aos acréscimos, penalidades pecuniárias, juros e correção monetária, serão pagas quando se efetivar o ingresso do tributo que deixou de ser pago.

### SEÇÃO II

#### DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS

Art. 22 — A Secretaria da Fazenda regulamentará, através de Instrução, a atualização, segundo os coeficientes de correção monetária fixados pelo órgão competente da União, do crédito tributário relativo ao ICM.

§ 1.º — Para efeito de cálculo de correção monetária será aplicado, sobre a importância a corrigir, o coeficiente relativo ao trimestre civil correspondente ao termo inicial da correção.

§ 2.º — Para os efeitos do parágrafo anterior, constitui termo inicial da correção monetária o trimestre civil seguinte ao em que expirou o prazo normal estabelecido para o pagamento do ICM.

§ 3.º — Em relação ao saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM, considera-se termo inicial, para os efeitos do § 1.º, o trimestre civil seguinte ao em que foi inscrito o crédito tributário em dívida ativa do Estado.

§ 4.º — Incumbirá ao órgão da Secretaria da Fazenda, a que couber o preparo do documento fiscal de recolhimento, a aplicação da correção monetária.

§ 5.º — Passa a vencer correção monetária do ICM, já corrigido, a partir da data da rescisão do termo de acordo para pagamento parcelado do crédito tributário.



§ 6.º — Não se aplica a atualização monetária do ICM objeto de denúncia espontânea ou relativa a saldo devedor declarado em guia de informação e apuração, ainda não inscrito em dívida ativa do Estado.

§ 7.º — Na impossibilidade de se aplicar o coeficiente referido no § 1.º deste artigo, será adotado o coeficiente médio do período em que se tornou exigível o crédito tributário.

### SEÇÃO III DOS JUROS DE MORA

Art. 23 — O crédito tributário será acrescido do juro de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, não capitalizável.

§ 1.º — Entende-se, para os efeitos deste artigo, crédito tributário:

1. o ICM;

2. as penalidades pecuniárias.

§ 2.º — Os juros previstos neste artigo serão contados:

1. do mês seguinte ao em que o contribuinte ou responsável cientificar-se da decisão definitiva que reconhecer legítimo o crédito tributário, até a data do pagamento ou da celebração do termo de acordo de parcelamento;

2. a partir da data da celebração do termo de acordo de parcelamento do ICM;

3. no caso de saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM, a partir do segundo mês seguinte ao em que o correspondente crédito tributário for inscrito em dívida ativa do Estado.

§ 3.º — Considera-se definitiva a decisão em processo fiscal que se tornar administrativamente irreversível.

### SEÇÃO IV DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 24 — Os que procurarem espontaneamente, a repartição fazendária competente para sanar irregularidades, terão excluída a responsabilidade por infração.

§ 1.º — Ocorre a denúncia espontânea quando, inexistindo, ainda, a peça básica do processo administrativo-fiscal, não tenha sido iniciado, formalmente, em relação à infração, qualquer levantamento fiscal, ou outra medida de fiscalização.

§ 2.º — Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração, prevista neste artigo, só ocorrerá se o contribuinte efetivar, através de guia visada pela repartição fiscal do seu domicílio tributário, na data da denúncia espontânea, o recolhimento do tributo devido, e do acréscimo do imposto, correspondente a mora de:

1. 5% (cinco por cento), até trinta dias da data da expiração do prazo normal para pagamento;
2. 10% (dez por cento), de trinta e um até sessenta dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;
3. 20% (vinte por cento), de sessenta e um até noventa dias, contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;
4. 40% (quarenta por cento), a partir do termo final do prazo referido no item anterior.

### CAPÍTULO VII DO LOCAL DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 25 — O ICM é pago na localidade onde se verificar a operação, assim entendida, em regra geral aquela onde se encontrar a mercadoria no momento da ocorrência do fato gerador.

Art. 26 — Compreende, ainda, para efeito de pagamento do ICM, domicílio tributário o da situação:

I — do estabelecimento de comerciante, de industrial ou de produtor inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado, transmitente da propriedade sobre mercadoria que por ele não tenha transitado;

II — do responsável, nos casos de substituição tributária indicados nesta Lei;

III — do estabelecimento depositante paranaense, quando a operação tributável tiver por objeto mercadoria depositada em armazém geral, neste Estado, ou em depósito fechado;

IV — do estabelecimento em que der entrada a mercadoria, em decorrência das operações referidas nas alíneas do inciso II do artigo 2.º;

V — do armazém geral, localizado neste Estado, quando ocorrer saída ou transmissão de propriedade sobre mercadoria depositada por contribuinte de outra unidade federada;

VI — da primeira repartição arrecadadora estadual por onde passar vendedor ambulante, em conexão com estabelecimento fixo de outro Estado, com a finalidade de entregas de mercadorias a serem efetivadas nesta unidade federada.

§ 1.º — Quando realizarem-se operações de venda ambulante, sem conexão com estabelecimento fixo, o ICM deve ser recolhido:

- a) se, vindo de outro Estado, no lugar onde estiver localizada a primeira repartição fazendária estadual pela qual passar;
- b) nos locomoções internas, no lugar onde estiver situada a repartição fazendária estadual mais próxima do local em que adquirir as mercadorias com as quais formará ou completará a carga do veículo transportador.

§ 2.º — Quando é encontrada mercadoria em trânsito ou armazenada sem a documentação fiscal em ordem e exigível, o ICM deve ser recolhido na repartição fazendária estadual localizada no município onde for averiguado o ilícito fiscal.

§ 3.º — Nos regimes especiais compete à Secretaria da Fazenda fixar, através de Instrução, o local da operação para efeito de pagamento do ICM.

### CAPÍTULO VIII DA FORMA DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 27 — O pagamento é feito mediante guia de recolhimento (GR), cujos modelos são fixados ou alterados através de Instrução da Secretaria da Fazenda em:

I — estabelecimento bancário, devidamente autorizado;

II — agência de rendas;

III — agência auxiliar de rendas;

IV — caixa isolada, vinculada à agência de rendas.

§ 1.º — O pagamento deve ser feito em moeda nacional corrente ou cheque, nos casos e nas formas especificadas em Instrução da Secretaria da

Fazenda, caso em que somente é considerado extinto o crédito com o respectivo resgate pelo sacado.

§ 2.º — Quando o estabelecimento bancário funcionar como agente financeiro na aquisição ou venda de mercadoria, por conta de terceiros, poderá o pagamento do ICM ser autorizado, mediante Instrução da Secretaria da Fazenda e termo de acordo entre os interessados, sob forma de depósito no Banco do Estado do Paraná S.A., a favor:

1. desta unidade federada, em relação a parcela de 80% (oitenta por cento);

2. da conta de participação dos municípios na receita derivada do tributo estadual, relativamente à parcela de 20% (vinte por cento).

§ 3.º — A obrigação tributária principal poderá ser ainda extinta na forma das demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem estipuladas, para cada caso, em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 4.º — Na Instrução a que se refere o "caput" deste artigo indicar-se-á o modelo da GR apropriada, em cada modalidade de operação tributável para a efetivação do pagamento:

1. do ICM;

2. dos acréscimos;

3. do juro de mora;

4. das penalidades pecuniárias;

5. da correção monetária.

§ 5.º — Quando, em processo regular, for apreendida mercadoria, como prova material da infração tributária, e não ocorrer a extinção do crédito tributário constante de decisão irreversível, por uma das modalidades mencionadas neste artigo, processar-se-á hasta pública-administrativa, a fim de que os respectivos valores obtidos em moeda corrente possam ser utilizados na referida extinção.

§ 6.º — A Instrução de que trata este artigo poderá estabelecer documento único de arrecadação para as rubricas indicadas nos itens do § 4.º.

§ 7.º — A guia de recolhimento destinada ao pagamento do ICM fora da conta gráfica, de entradas/saídas, deverá conter espaço para lançamento de eventuais créditos do tributo estadual, na forma a ser estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda.

### CAPÍTULO IX DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Art. 28 — Incumbe à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, as normas fixadas em Convênio ou Ajuste, celebrados entre União, os Estados e o Distrito Federal, relativas ao Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF).

§ 1.º — O registro das operações de cada estabelecimento será feito através de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos, forma e prazos de escrituração serão estabelecidos na Instrução de que trata este artigo.

§ 2.º — Constituem instrumentos auxiliares da escrituração fiscal os documentos e livros de contabilidade geral dos estabelecimentos contribuintes do ICM.

§ 3.º — As operações, lançamentos fiscais e saldos da conta gráfica, vinculados ao ICM, serão declarados, em relação ao período considerado, em guia mensal de informação e apuração padronizada em decorrência do SINIEF.

### CAPÍTULO X DOS REGIMES ESPECIAIS

Art. 29 — Em casos peculiares e objetivando facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessória poder-se-á adotar regime especial.

Parágrafo Único. Caracteriza-se regime especial, para os efeitos deste artigo, qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção do crédito tributário ou de escrituração fiscal.

Art. 30 — Os regimes especiais serão concedidos:

I — através de celebração de acordo, cujo termo será lavrado no Departamento de Rendas Internas, como resultado de decisão favorável exarada em petição escrita dirigida ao Secretário da Fazenda, nos casos de situação peculiar isolada;

II — com base no que dispuser em Instrução da Secretaria da Fazenda, quando a situação peculiar abranger vários contribuintes ou responsáveis.

§ 1.º — Quando o regime especial, compreender contribuinte do IPI será ouvida, previamente, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 2.º — Fica proibida qualquer concessão de regime especial fora das hipóteses indicadas nos incisos deste artigo.

§ 3.º — O regime especial é revogável, a qualquer tempo, podendo, nos casos de acordo, ser denunciado isoladamente ou por ambas as partes.

Art. 31 — A Secretaria da Fazenda manterá um serviço para registro, acompanhamento e controle dos regimes especiais do ICM, concedidos na forma do artigo anterior.

§ 1.º — Incumbe ao Diretor do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda, atendendo às conveniências da administração fazendária, propor, ao Secretário da Fazenda, a reformulação ou revogação das concessões.

§ 2.º — Os acordos celebrados (inciso I do artigo anterior) deverão ser numerados em ordem seqüencial e divulgados através de publicação no Diário Oficial do Estado e de transcrição em circular.

### CAPÍTULO XI DA APURAÇÃO DO ICM

#### SEÇÃO I DO PERÍODO CONSIDERADO

Art. 32 — Observado o princípio constitucional da incumulatividade, o mês será o período considerado para efeito de apuração e autolancamento do ICM, com base na escrituração em conta gráfica dos valores.

§ 1.º — O montante do ICM a recolher resultará da diferença a maior, no período considerado, entre o imposto referente as mercadorias saídas do estabelecimento e o pago relativamente as mercadorias nele entradas, observados os parágrafos seguintes.

§ 2.º — Entende-se por saldo devedor, no período considerado, o débito menos o crédito do imposto.

§ 3.º — Entende-se por saldo credor, no período considerado, o crédito menos o débito do imposto.

§ 4.º — O saldo credor é transferível para o período ou períodos seguintes.



§ 6.º — No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

1. as saídas com débito tributário;
2. outros débitos;
3. estornos de créditos.

§ 6.º — No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

1. as entradas com crédito do tributo;
2. outros créditos;
3. estornos de débitos;
4. eventual saldo credor do período anterior.

Art. 33 — O ICM, correspondente ao auto lançamento relativo ao período considerado, será demonstrado, mensalmente, em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em Convênio ou Ajustes relativos ao SINIEF.

§ 1.º — O pagamento do ICM em decorrência do autolancamento, extingue o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação desse lançamento.

§ 2.º — A homologação do autolancamento ocorre sob as formas previstas no Código Tributário Nacional (art. 150).

## SEÇÃO II DOS CRÉDITOS

Art. 34 — O valor do ICM pago, relativamente às entradas de mercadorias no estabelecimento, poderá ser lançado na escrituração fiscal como operação com crédito;

I — quando essas mercadorias recebidas, inclusive material de embalagem, destinarem-se à comercialização;

II — quando tais mercadorias recebidas destinarem-se à industrialização ou produção, inclusive matérias-primas, produtos ou material intermediário ou secundário e material de embalagem que, se integrando ou não fisicamente no novo produto, forem consumidos ou desgastados no processo de industrialização ou produção, exceto as ferramentas;

III — quando as referidas mercadorias anteriormente oneradas pelo tributo, forem objeto de:

1. devolução por consumidor final desde que o retorno ocorra até 60 (sessenta) dias contados da data do fato gerador;
2. retorno por não terem sido negociadas no comércio ambulante, ou por não ter ocorrido a tradição real;

IV — quando o pagamento do tributo estadual, destacado na nota fiscal de entrada, for efetivado de forma desvinculada da conta gráfica:

1. na condição de responsável;
2. em relação à entrada de mercadoria em decorrência das operações referidas nas alíneas do inciso II do artigo 2.º.

§ 1.º — O direito ao crédito do imposto, nas entradas de mercadorias, é condicionado, em qualquer hipótese, às exigências de escrituração fiscal previstas em Instrução baseada no SINIEF, e, quando não for exercido na época própria só poderá ser utilizado em denúncia espontânea, ou quando o fato seja comunicado à repartição fiscal ou o seu valor seja incluído em reconstituição de escrita, promovida pela fiscalização.

§ 2.º — Para os efeitos do disposto no item 1 do inciso III deste artigo não se considera devolução o retorno de mercadoria para conserto.

Art. 35 — É admitido, ainda, na escrituração fiscal, na forma a ser estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda, como crédito:

I — o valor equivalente a 90% (noventa por cento) do imposto único pago, relativamente aos minerais do País, entrados em estabelecimento industrial consumidor dessas substâncias;

II — o valor relativo aos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos pela empresa produtora de discos fonográficos e outros materiais de gravação de som, no período considerado, aos autores e artistas, nacionais ou domiciliados no País, assim como aos seus herdeiros e sucessores, mesmo através de entidades que os representem;

III — o valor correspondente a um percentual fixo, como alternativa a ser dada aos produtores não inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, como crédito ficto relativo às mercadorias entradas no respectivo estabelecimento;

IV — em relação às mercadorias negociadas no Estado destinatário, o valor correspondente à diferença entre as alíquotas relativas às operações internas e às interestaduais, cujo recolhimento àquele Estado seja devidamente comprovado, tratando-se de comércio ambulante, no âmbito interestadual, em conexão com estabelecimento fixo situado nesta unidade federada;

V — o valor recebido, correspondente a crédito de ICM acumulado e sem possibilidade de aproveitamento na forma usual, objeto de transferência ou recebimento autorizado pela Secretaria da Fazenda;

VI — o valor correspondente a crédito ficto, como benefício fiscal;

VII — o valor da restituição do imposto, nos casos de pagamento indevido, quando o pedido de devolução for deferido pela autoridade administrativa competente;

VIII — o valor de imposto estornável, homologado e mantido pela Secretaria da Fazenda, como estímulo à atividade industrial do sujeito passivo;

IX — o valor do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 34, pago mediante ação fiscal;

X — mensalmente, o valor da parcela mensal do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 34, recolhido em decorrência de termo de acordo de parcelamento.

Art. 36 — Não é permitido o crédito do imposto pago:

I — em relação a documento fiscal perdido, extraviado ou desaparecido, ressalvada a hipótese de sua comprovação de autenticidade;

II — não destacado no documento fiscal, ou calculado em desacordo com esta Lei e com as normas convencionais concernentes ao SINIEF e explicitadas em Instrução da Secretaria da Fazenda;

III — em relação a documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destinatário diferente ao receptor da mercadoria;

IV — em relação a mercadoria recebida para integrar o ativo fixo ou para conservação, recuperação ou melhoramento nas instalações do estabelecimento, salvo o crédito do imposto relativo a máquinas, aparelhos e equipamentos de produção nacional, destinados a ampliação ou modernização, arrolados em Instrução do Secretário da Fazenda;

V — em relação a mercadoria para utilização ou consumo próprio do estabelecimento;

VI — em relação a mercadoria recebida para integrar ou para ser consumida em processo de industrialização ou de produção cuja ulterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada;

VII — em relação a mercadoria recebida para comercialização, quando sua posterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada;

VIII — em relação às mercadorias entradas no estabelecimento quando o imposto tiver sido devolvido no todo ou em parte, ao próprio ou a outros contribuintes, por qualquer entidade tributante, mesmo sob a forma de prêmio ou estímulo, ressalvadas as exceções previstas no § 6.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 406 de 21 de dezembro de 1968, acrescido pelo art. 5.º do Decreto-lei n.º 834 de 8 de setembro de 1969, e nos casos estabelecidos em Convênio de Estados e explicitados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º — Na hipótese do inciso II deste artigo, quando o ICM destacado for maior do que o exigível na forma da lei o aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto, observadas as normas sobre correção estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — Entende-se, para os efeitos dos incisos VI e VII deste artigo por saída sem débito do ICM, a em que ocorra:

1. isenção objetiva ou subjetiva;
2. não incidência;
3. imunidade tributária.

§ 3.º — O crédito lançado irregularmente fica sujeito a glosa em ação administrativa-fiscal.

Art. 37 — Compete à Secretaria da Fazenda assegurar, através de Instrução, o princípio constitucional da incumulatividade do ICM, nos casos de pagamento do tributo de forma desvinculada da conta gráfica relativa ao período considerado.

## SEÇÃO III DOS ESTORNOS

Art. 38 — O contribuinte efetivará o estorno de crédito do ICM sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento para comercialização ou industrialização:

I — for integrada no ativo fixo, ressalvada a exceção prevista nesta Lei;

II — for utilizada ou consumida pelo próprio estabelecimento, ressalvados os bens intermediários empregados no processo de industrialização ou produção;

III — perecer ou se deteriorar;

IV — for objeto de saída sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância imprevisível à data da referida entrada;

V — for objeto de ulterior operação sujeita à redução na base de cálculo, proporcionalmente ao valor dessa redução;

§ 1.º — O estorno de crédito será determinado de ofício, nos casos de glosa.

§ 2.º — O crédito do ICM a estornar, nas hipóteses indicadas nos incisos deste artigo, será calculado, quando não for conhecido o valor exato mediante a aplicação da alíquota vigente na data do estorno sobre o preço de aquisição mais recente para o mesmo tipo de mercadoria, observado, no caso do inciso V, o percentual da redução.

§ 3.º — A escrituração fiscal do estorno será feita mediante nota fiscal, cuja natureza da operação será estorno de crédito explicitando-se, no corpo do referido documento, a origem do lançamento, bem como o cálculo do respectivo valor.

§ 4.º — A Secretaria da Fazenda especificará, em Instrução, as hipóteses de manutenção de crédito do ICM, em relação às entradas de mercadorias cuja ulterior operação esteja beneficiada com isenção objetiva ou subjetiva, não incidência ou imunidade.

§ 5.º — Não se exigirá dos estabelecimentos industriais, o estorno relativo às mercadorias entradas para utilização como matéria prima ou material secundário, na fabricação e embalagem dos produtos de que tratam o inciso I do § 3.º e o inciso III do § 4.º do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 406 de 31 de dezembro de 1968.

§ 6.º — O disposto no parágrafo anterior não se aplica às matérias-primas de origem animal ou vegetal que representem, individualmente mais de 50% (cinquenta por cento) do valor do produto resultante de sua industrialização, caso em que será obrigatório o estorno de crédito.

§ 7.º — Os critérios do estorno referido nesta seção serão explicitados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 8.º — O estorno de que trata o § 6.º nos casos de produtos sujeitos a diferimento ou suspensão será feito mediante pagamento em conta gráfica ou guia especial de recolhimento, sem direito a crédito.

§ 9.º — No caso do § 6.º deste artigo, quando não for excedido o percentual de 50% (cinquenta por cento), caberá, na hipótese de produtos abrangidos anteriormente por diferimento ou suspensão, o pagamento do imposto diferido ou suspenso, admitindo-se a manutenção do crédito correspondente.

Art. 39 — O estorno de débito obedecerá, quanto a escrituração a regra do § 3.º do artigo anterior, observando-se, todavia, como natureza da operação — "estorno de débito".

§ 1.º — O estorno de débito só poderá ser efetivado dentro do período considerado mediante comunicação do fato à repartição do domicílio tributário do sujeito passivo, anexando-se cópia da nota fiscal.

§ 2.º — Após o pagamento do ICM, em relação ao período considerado, não caberá estorno de débito, regendo-se os pagamentos indevidos pelas normas aplicáveis de restituição do tributo estadual.

## CAPÍTULO XII DA RESTITUIÇÃO

Art. 40 — As quantias indevidamente recolhidas ao Estado serão restituídas mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1.º — O terceiro que faça prova de haver recebido o encargo financeiro do ICM subroga-se no direito à devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2.º — O contribuinte ou responsável, expressamente autorizado pelo terceiro, a quem o encargo relativo ao ICM tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3.º — A restituição poderá ser processada, após o despacho favorável, mediante autorização de crédito do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado, nos livros e documentos fiscais, o número do respectivo protocolo.

§ 4.º — Decorridos 180 (cento e oitenta) dias do despacho concessório da restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser restituída, o contribuinte poderá escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente.

Art. 41 — A restituição total ou parcial do ICM dá lugar a devolução da penalidade tributária, acréscimo, juro e correção monetária pagos e correspondentes, salvo as penas de caráter formal que se não devam considerar prejudicadas pela causa assecutória da restituição.



## CAPÍTULO XIII

## DAS OPERAÇÕES SEM DÉBITO DO IMPOSTO

Art. 42 — O Chefe do Poder Executivo ou seu representante ficam autorizados a celebrar Convênios ou Protocolos de que trata o § 6.º do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1.º — Após ratificação dos Convênios ou Protocolos, na forma do disposto em Lei Complementar, compete à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, a aplicação dos benefícios fiscais.

§ 2.º — A Instrução a que se refere o parágrafo anterior poderá condicionar a concessão de quaisquer benefícios fiscais à apresentação, pelo interessado, de certidão negativa de dívida ativa estadual.

Art. 43 — Compete à Secretaria da Fazenda definir, através de Instrução, os casos em que os benefícios fiscais devem ser requeridos para o efeito da sua individualização.

Parágrafo Único. O despacho concessório não gera direito adquirido em favor do beneficiário, ressalvada a hipótese prevista no artigo 178 do Código Tributário Nacional.

Art. 44 — O sujeito ativo da obrigação tributária principal poderá exigir, na concessão de benefícios fiscais, quaisquer documentos considerados necessários para provar a satisfação dos requisitos correspondentes ou ao controle e acompanhamento da concessão.

Art. 45 — Constituem-se operações sem débito do imposto:

I — a saída de produto industrializado para o exterior;

II — a alienação fiduciária em garantia;

III — as saídas de mercadorias decorrentes da alienação fiduciária em garantia do estabelecimento do devedor para o do credor ou para depósito em nome deste e no retorno ao estabelecimento do devedor, em virtude da extinção da garantia;

IV — a saída de estabelecimento prestador de serviços, de mercadorias a ser ou que tenha sido utilizada na prestação de tais serviços, ressalvados os casos de cobrança previstos na Lista de Serviços constante da legislação complementar;

V — a saída de estabelecimento de empresa de transporte ou de seu depósito por conta e ordem desta de mercadorias de terceiros;

VI — a saída de mercadoria com destino a armazém geral, à ordem do remetente, ou a depósito fechado do próprio contribuinte, localizados no Estado;

VII — a saída de mercadoria dos estabelecimentos referidos no inciso anterior em retorno ao estabelecimento remetente;

VIII — a saída de mercadoria para estabelecimento da mesma empresa ou de terceiros, localizados neste Estado, para industrialização e que devam retornar ao estabelecimento de origem;

IX — a saída de mercadoria a que se refere o inciso anterior, em retorno ao estabelecimento de origem situado neste Estado, sem prejuízo do pagamento do tributo estadual sobre o valor agregado pelo estabelecimento que a tiver procedido;

X — a saída de quaisquer estabelecimentos, de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, bem como as de energia elétrica e de minerais do País que estejam sujeitos aos impostos especiais a que se referem os incisos VIII e IX do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil;

XI — a saída de peças, veículos, ferramentas, equipamentos e outros bens não pertencentes a linha normal de comercialização do contribuinte, quando utilizados como instrumento próprio de trabalho;

XII — a saída de livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão, excluídos os livros em branco ou para escrituração;

XIII — a saída de bem destinado a contribuinte, promovida por pessoa não-qualificada como tal;

XIV — a saída para a Zona Franca de Manaus de produtos industrializados nacionais para consumo, industrialização ou reexportação para o estrangeiro, excluídos armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros;

XV — a entrada de mercadoria importada do exterior, quando destinada a utilização como matéria-prima em processo de industrialização em estabelecimento do importador, desde que as saídas dos produtos industrializados ocorram com débito do ICM;

XVI — a entrada de mercadoria cuja importação estiver isenta do imposto de competência da União sobre a importação de produtos estrangeiros;

XVII — a entrada em estabelecimento do importador de mercadoria importada do exterior sob o regime de "draw-back";

XVIII — a entrada de mercadoria em estabelecimento de importador, quando importada do exterior e destinada à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno, como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis, provenientes de financiamento a longo prazo, de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

XIX — a saída de mercadoria destinada ao mercado interno produzida em estabelecimentos industriais como resultado de concorrência internacional, com participação de indústrias do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

XX — saída de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que acondicionam e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular;

XXI — a saída dos bens referidos no inciso anterior em retorno ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome;

XXII — a saída de estabelecimento de empreiteiro de construção civil, obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares de mercadorias adquiridas de terceiros e destinadas às construções, obras ou serviços referidos, a cargo do remetente;

XXIII — a saída de mercadoria de estabelecimento de produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada no Estado;

XXIV — a saída de mercadoria de estabelecimento de cooperativa de produtores para estabelecimento no Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte;

XXV — a saída de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônia e de suas soluções, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfatos de amônia, de enxofre, de estabelecimento onde se tiver processado a respectiva industrialização;

1. a estabelecimento onde se industrializem adubos simples ou compostos e fertilizantes;
2. a outro estabelecimento do mesmo titular daquele onde se tiver processado a industrialização;

3. a estabelecimento produtor;

XXVI — a saída dos produtos mencionados no inciso anterior, do estabelecimento referido no item 2, a estabelecimento onde se industrializem adubos simples e compostos ou fertilizantes e a estabelecimento produtor;

XXVII — a saída de quaisquer estabelecimentos de adubos simples ou compostos, fertilizantes, inseticidas, defensivos, fungicidas, formicidas, sarnicidas, mudas de plantas, sementes certificadas ou identificadas pelos órgãos competentes, herbicidas, carrapaticidas, vacina para animais, vermífugos, vermícidias e sêmen congelado ou resfriado, rações, concentrados e suplementos para animais; parasiticidas, germicidas, desinfetantes, soros e medicamentos de uso veterinário, e pintos de um dia;

XXVIII — saída de quaisquer estabelecimentos de tratores e tratores-guinchos quando produzidos no País;

XXIX — saída de quaisquer estabelecimentos das seguintes máquinas e implementos agrícolas, desde que produzidos no País:

1. silos completos para forragem e cereais;
2. secadores para café e cereais;
3. polvilhadeira de uso agrícola, pulverizadores e nebulizadores;
4. aparelhos e dispositivos mecânicos destinados a regular a dispersão ou orientação de jato de água inclusive simples ou móveis postos em movimento pela pressão de água, usados na irrigação da lavoura;
5. carregadoras para serem acopladas a trator agrícola;
6. enxadas rotativas e plainas niveladoras de levantamento hidráulico, de três pontas;
7. ordenhadeiras;
8. arame farpado;
9. moto-erras portáteis de corrente com motor incorporado não elétrico, de uso agrícola;
10. vasilhames (latões) para transporte de leite;
11. veículos não automóveis e reboque de uso agrícola;
12. enxadas, pás, alviões, picaretas, enxeadas, forquilhas, ancinhos e gadanhos, machados, podões e ferramentas semelhantes de gume, foices, foicinhas, facas para cortar feno ou palha, tesoura para grama, nhas e outras ferramentas manuais, para a agricultura, jardinagem ou silvicultura;
13. máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas e hortícolas para preparação e cultivo do solo, discos de arado e grades, dentes de grade, arados inclusive rolos para preparar terrenos ou campos de esporte;
14. máquinas, aparelhos e instrumentos para colheita e debulha de produtos agrícolas, prensas-enfardadeiras de palha e forragem; máquinas-cortadeiras de relva; tararas e máquinas semelhantes para limpeza de grãos, máquinas selecionadoras de ovos, de frutas e de outros produtos agrícolas;
15. outras máquinas e aparelhos para a agricultura, horticultura, avicultura e apicultura, inclusive germinadores com dispositivos mecânicos ou térmicos, chocadeiras, incubadeiras ou criadeiras para avicultura;
16. aparelhos e instrumentos de pesagem de gado (balanças);
17. pequenos motores à gasolina ou diesel, monocilíndricos, de potência igual ou inferior a 15 CV destinados a uso agrícola;
18. aviões de uso agrícola;

XXX — saída de quaisquer estabelecimentos de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais de produção nacional, cuja relação e posicionamento na Tabela anexa ao Regulamento do imposto de competência da União sobre produtos industrializados será fixada em Instrução da Secretaria da Fazenda com base em Convênios de Estados, devidamente homologados;

XXXI — saída de quaisquer estabelecimentos, dos seguintes produtos hortifrutigranjeiros, em estado natural exceto quando remetidas para fora do Estado para fins de industrialização:

abóbora, abobrinha, acelga, agrião, alipim, alipo, alcachofra, alcaçim, alface, alfavaca, alfavema, almeirão, aneto aniz, araruta, arruda e azedim; batata doce, beringela, beterraba, bertália, brócolo; camomila, cará cardo, catalonha, cebolinha, cenoura, chicória chuchu, coentro, cogumelo, cominho, couve e couve flor; endívia, erva cidreira, erva doce, erva santa maria, ervilha, escarola, espargo e cspinafre; frutas frescas nacionais; funcho; gengibre, inhame jiló, losna; manjerição, manjerona, moranga, maxixe, milho verde; nabiça, nabo palmito, pepino, pimenta e pimentão; quiabo, rabanete, raiz forte, repolho, rúcula, ruibarbo, salsa, salsão e segurelha; taioba, tampala, tomate, tomilho e vagem,

XXXII — saída de mercadoria que tenha entrado para integrar o ativo fixo desde que a saída ocorra depois do uso normal a que se destinaram;

XXXIII — transferência de bens do ativo fixo de um para outro estabelecimento da mesma empresa;

XXXIV — saída de material de uso e consumo de um para outro estabelecimento da mesma empresa desde que as mercadorias tenham sido adquiridas de terceiro e não se destinem a utilização ou consumo em processo de industrialização ou comercialização pelo estabelecimento destinatário;

XXXV — saída de matérias-primas destinadas à produção de ração, contrações ou suplementos para animais em estabelecimento industrial localizado no Estado.

XXXVI — a saída de produtos de origem nacional, destinados a instalação, ampliação ou reequipamento de empreendimentos industriais julgados de interesse nacional, quando o fornecimento seja resultante de coleta de preços entre produtores nacionais e estrangeiros e feito contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis, provenientes de financiamento, a longo prazo, de instituições financeiras ou de entidades governamentais estrangeiras;

XXXVII — saída de mercadoria para outro Estado quando promovida por órgão da administração pública direta ou indireta e empresas concessionárias de serviço público, para fins de industrialização, desde que os produtos retornem ao órgão ou empresa remetente deste Estado;

XXXVIII — a saída de mercadorias por compra em substituição ao direito de importar, realizada por Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Órgãos Internacionais e seus integrantes, desde que a mercadoria adquirida tenha sido concedida isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados;

XXXIX — a saída de mercadoria que tenha sido utilizada por prestador de serviço, desde que tais serviços hajam sido prestados por empresas devidamente homologadas pelo Centro Técnico de Aeronáutica, na forma da legislação vigente e que se dediquem aos trabalhos de lubrificação, conserto e recondição de aeronaves, seus motores, peças e componentes;

XL — a saída de material bélico de uso privativo das Forças Armadas que



tenham como destinatários Órgãos do Governo da União e desde que isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados;

XLII — a saída de discos didáticos;

XLIII — a saída de obras de arte de estabelecimento que as tenha recebido do autor para exposição e venda;

XLIV — a saída de quaisquer estabelecimentos, de aparelhos tipo pacer-maker";

XLV — a saída para o exterior, de flores e plantas ornamentais;

XLVI — o fornecimento de refeições por estabelecimentos industriais, comerciais ou produtores, diretamente a seus empregados;

XLVII — saída de quaisquer estabelecimentos, de avarias e ovos em estado natural ou congelados, exceto quando remetidos para fora do Estado para fins de industrialização;

XLVIII — a saída de frutas frescas provenientes de países membros da Associação Latino Americana de Livre-Comércio — ALALC;

XLIX — saída de pescados para o exterior;

L — saída de quaisquer estabelecimentos, para o território do Estado de peixes, suas ovas, crustáceos e moluscos, em estado natural, congelados, resfriados, salgados, secos, eviscerados, filetados, postejados ou defumados para conservação, desde que não enlatados ou cozidos e que sejam de origem nacional;

LI — saída de açúcar cristal e demerara efetuada por usinas ou cooperativas localizadas no Estado destinadas ao Instituto do Açúcar e do Alcool, a fim de que este efetue a exportação para o exterior;

LII — saída de produtos típicos de artesanato regional, da residência de artesão, quando aí confeccionados sem utilização de trabalho assalariado;

LIII — saída de produtos confeccionados em casas residenciais, sem utilização de trabalho assalariado, por encomenda direta do consumidor ou usuário;

LIV — saída de obras culturais, decorrentes de operação efetuada diretamente pelo autor, de caráter didático, literário, artístico e científico;

LV — saída de amostras desde que não excedam a quantidade estritamente necessária para dar a conhecer a natureza espécie e qualidade do produto e não se destinem a comercialização e desde que contenham, em caracteres bem visíveis, a declaração de serem gratuitas;

LVI — saída de mercadoria produzida por instituições de educação ou de assistência social, sem finalidade lucrativa e cujas rendas sejam integralmente aplicadas na manutenção de suas finalidades assistenciais ou educacionais no País sem distribuição de qualquer parcela a título de lucro ou participação;

LVII — saída de mercadoria com destino a exposição ou feira, para fins de exposição ao público em geral, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da saída;

LVIII — saída da mercadoria referida no inciso anterior, em retorno ao estabelecimento de origem;

LIX — movimentação de gado em pé, entre estabelecimentos pecuaristas localizados no Estado;

LX — saída de juta;

LXI — saída de sacaria de juta, ainda que em composição com outro produto e desde que promovida pelo estabelecimento industrializador;

LXII — saída de leite em estado natural produzido e destinado ao consumo no território do Estado;

LXIII — saída, de quaisquer estabelecimentos, de sacaria vazia em operações para o Estado;

LXIV — saída de erva mate cancheada para o exterior;

LXV — saída de farelos e tortas de sementes oleaginosas para o exterior;

LXVI — saída no varejo de mercadoria destinada a adquirente domiciliado no exterior do País, contra pagamento em cheque de viagem que expresse moeda estrangeira;

LXVII — a transferência de estoque de uma firma ou denominação social para outra, no Estado, em virtude de transformação, fusão, incorporação ou venda de estabelecimento ou fundo de comércio.

§ 1.º — O disposto no inciso I deste artigo aplica-se também à saída da mercadoria de estabelecimento industrial ou de seus depósitos com destino:

1. a empresas comerciais que operem exclusivamente no comércio de exportação;

2. a armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros.

§ 2.º — No caso do parágrafo anterior e do inciso XIV a reintrodução da mercadoria no mercado interno tornará exigível o imposto devido pela saída com destino aos estabelecimentos ali referidos ou à Zona Franca de Manaus.

§ 3.º — Na hipótese do inciso XIV deste artigo, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da emissão da Nota Fiscal, o contribuinte fica obrigado a provar que houve entrega real da mercadoria ao seu destinatário, localizado na Zona Franca de Manaus.

§ 4.º — A prova de que trata o parágrafo anterior será produzida através de documento adotado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

§ 5.º — Vencido o prazo indicado no § 2.º deste artigo e não havendo sido produzida a prova, a operação será considerada tributada para efeito de pagamento do imposto.

§ 6.º — A hipótese referida no inciso XXVII deste artigo aplica-se exclusivamente aos produtos destinados ao uso na pecuária, na avicultura e na agricultura.

§ 7.º — Para utilização do benefício fiscal indicado no inciso XXXVI, o contribuinte deverá evidenciar com documento comprobatório de prévia declaração, para cada caso, do Ministro da Fazenda, expedida depois da aprovação pelos órgãos federais competentes do projeto em cuja implantação serão empregados os produtos.

§ 8.º — O estabelecimento a que se refere o inciso LX poderá lançar na Nota Fiscal o valor do ICM cujo pagamento seja isento, a título de crédito presumido.

§ 9.º — O benefício fiscal previsto no inciso LXI deste artigo não abrangendo as operações realizadas com estabelecimentos que industrializem o produto.

§ 10.º — No caso do inciso LVII deste artigo se o retorno não ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias da data da remessa, o ICM tornar-se-á devido.

§ 11.º — Os benefícios fiscais referidos nos incisos XXVIII, XXIX e XXX deste artigo terão vigência até 31 de dezembro de 1974.

#### CAPÍTULO XIV

##### DO CONTROLE E DA ORIENTAÇÃO FISCAL

Art. 46 — A fiscalização e orientação fiscal sobre o ICM compete especialmente à Secretaria da Fazenda do Estado.

Parágrafo Único — Os servidores públicos incumbidos de realizar tare-

fas de fiscalização devem identificar-se através de documento de identidade funcional, expedido pela Secretaria da Fazenda.

Art. 47 — O Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda terá, em sua estrutura organizacional um órgão central incumbido de fornecer critérios e orientação geral sobre a programação dos serviços de fiscalização relativos ao ICM.

Parágrafo Único — Os critérios e a orientação de que trata este artigo serão fixados, fundamentalmente, com base no processamento das informações econômico-fiscais contidas:

1. no Cadastro de Contribuintes do Estado;
2. nas guias de recolhimento;
3. nas guias de informação e apuração do tributo;
4. nos documentos fiscais exigíveis no SINIEF;
5. nos dados estatísticos de mercado.

Art. 48 — As pessoas físicas ou jurídicas com domicílio tributário no Estado, contribuintes, responsáveis ou intermediários de negócios, sujeitos ao ICM, não poderão excusar-se de exibir à fiscalização os livros e documentos de sua escrituração.

Parágrafo Único — No caso de recusa, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos e livros, lavrando termo desse procedimento do qual deixará cópia com o recusante, solicitando, de imediato, à autoridade administrativa a que estiver subordinada, providências para que se faça a exibição judiciária.

Art. 49 — A Secretaria da Fazenda manterá uma Comissão Consultiva que terá por incumbência específica responder a todas as consultas sobre o ICM, dos contribuintes e das repartições fazendárias.

§ 1.º — As respostas às consultas serão numeradas em ordem sequencial e deverão conter, no preâmbulo, a respectiva súmula e a aprovação da autoridade competente, indicada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — O resumo das respostas serão publicadas no Diário Oficial do Estado e divulgadas em circular do Departamento de Rendas Internas.

§ 3.º — As respostas às consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 4.º — Não são passíveis de multa os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 5.º — As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário, relativo ao ICM, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.

Art. 50 — A Secretaria da Fazenda poderá celebrar acordos com órgãos dos municípios paranaenses, da União, de outras Unidades Federadas, bem como com entidades privadas, objetivando:

- I — intercâmbio de informações econômico-fiscais;
- II — interação nos programas de fiscalização tributária;
- III — treinamento de pessoal especializado em administração e fiscalização tributária.

Art. 51 — O Departamento de Rendas Internas poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria da Fazenda, sistema individual de controle e pagamento, a fim de resguardar a correta execução desta lei.

#### CAPÍTULO XV

##### DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

##### SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES

Art. 52 — Constitui infração, para os efeitos desta lei, toda a ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICM.

§ 1.º — Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2.º — A responsabilidade por infrações da legislação tributária relativa ao ICM independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 53 — O direito de impor penalidade extingue-se em cinco anos contados da data da infração.

Parágrafo Único — O prazo estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer notificação ou medida em ação administrativo-fiscal em relação ao sujeito passivo da obrigação tributária.

##### SEÇÃO II DAS PENALIDADES

Art. 54 — Os infratores da legislação tributária concernente ao ICM ficam sujeitos às seguintes penas:

- I — multa;
- II — suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º — São aplicáveis as seguintes multas:

1. Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido, ao contribuinte que deixar de recolher no prazo indicado na legislação tributária, o saldo devedor declarado na guia de informação e apuração do ICM;
2. Equivalente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido, ao sujeito passivo que deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária, apurado em levantamento ou verificação fiscal;
3. Equivalente ao dobro do valor do crédito indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei;
4. Equivalente a 10% (dez por cento) do valor das mercadorias.
  - a) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar nota fiscal em relação a operações com mercadoria sem débito do imposto;
  - b) ao sujeito passivo que estocar ou mantiver em depósito mercadorias recebidas, sem a documentação fiscal regulamentar, correspondente às operações sem débito do imposto;
5. Equivalente a 30% (trinta por cento) do valor das mercadorias:
  - a) ao sujeito passivo que estocar ou mantiver em depósito, mercadorias recebidas sem a documentação fiscal regulamentar, correspondente às operações com débito do imposto;
  - b) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal, nas operações com débito do imposto;
6. Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor das operações indicadas no documento fiscal:
  - a) ao sujeito passivo que emitir, sem autorização expressa da legisla-



ção tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída de mercadoria, a uma transmissão de propriedade de mercadoria, ou a uma entrada de mercadoria no estabelecimento;

b) ao sujeito passivo que emitir, adulterar ou utilizar documento fiscal falso, bem como ao que consignar em documento fiscal, declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias;

c) ao sujeito passivo que utilizar notas fiscais de contribuinte que tenha encerrado suas atividades;

7. Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor efetivo da operação, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal, importância diversa do efetivo valor da operação ou emitir documento fiscal, consignando valores diferentes nas respectivas vias;

8. Equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto recolhido, ao contribuinte que efetuar o recolhimento do imposto fora do seu domicílio tributário, excetuados os casos autorizados na legislação tributária;

9. De Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por documento fiscal, ao agente que promover a impressão para si ou para terceiros, fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ainda não utilizado;

10. De Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros):

a) ao sujeito passivo que não apresentar dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária, a Guia de Informação e Apuração do ICM;

b) ao que não requerer inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado antes do início das suas atividades;

c) ao sujeito passivo que deixar de preencher e entregar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, nos prazos estabelecidos, os demonstrativos regulamentares;

d) ao sujeito passivo que preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

e) ao sujeito passivo que substituir as vias dos documentos fiscais, em relação às suas respectivas destinações;

f) ao sujeito passivo que deixar de entregar à repartição fazendária de seu domicílio tributário, vias de notas fiscais a ela destinadas;

g) ao sujeito passivo que retirar do estabelecimento, livros ou documentos fiscais, sem autorização da Secretaria da Fazenda;

h) ao sujeito passivo que deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido, as 1.ª e 2.ª vias das notas de entrada emitidas, e a 2.ª via de nota fiscal de produtor;

i) ao sujeito passivo que não comunicar à repartição fazendária, a paralisação temporária de suas atividades, bem como deixar de entregar os talonários de notas fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas operações;

j) ao contribuinte que não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações sem débito do imposto;

l) ao contribuinte que não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

11. De Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros):

a) ao sujeito passivo que deixar de requerer a sua exclusão, do Cadastro de Contribuintes do Estado, no prazo fixado nesta lei, bem como deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os talonários de notas fiscais não utilizados;

b) ao contribuinte ou transportador de mercadorias que, por qualquer meio ou forma, embarçar, dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

c) ao contribuinte que deixar de entregar à repartição fazendária, no prazo estabelecido na legislação tributária, as relações anuais de saídas de mercadoria;

12. De Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), ao contribuinte que emitir ou entregar notas de controle interno ou de outra denominação, em substituição a nota fiscal exigível para as operações de saída, sem prévia autorização da Secretaria da Fazenda;

13. De Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros):

a) ao contribuinte que utilizar, sem a devida autorização, máquina registradora que emita cupom em substituição a nota fiscal;

b) ao contribuinte que romper o lacre da máquina registradora, sem observância das disposições da legislação tributária;

c) ao agente que possuir, utilizar ou falsificar carimbo de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda;

14. De Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), ao agente que possuir, utilizar ou falsificar documento de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — A Secretaria da Fazenda utilizará, anualmente, coeficientes de correção monetária ou salário-mínimo, para atualização dos valores expressos em cruzeiros neste artigo.

§ 3.º — O valor mínimo das multas é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

§ 4.º — Na cominação das multas a maior pretere a menor que, no caso, passa a ser aplicada.

### SEÇÃO III DAS REINCIDÊNCIAS

Art. 55 — A reincidência sujeita o infrator a multa em dobro e a cada reincidência subsequente aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Único — Considera-se reincidência a nova infração cometida ao mesmo dispositivo da legislação tributária, pelo mesmo infrator, dentro do prazo de três anos contados da data da ciência da decisão condenatória relativa a infração anterior, considerada definitiva na esfera administrativa.

### CAPÍTULO XVI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

#### SEÇÃO I INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

Art. 56 — A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas são procedidas através de processo administrativo-fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas.

Parágrafo Único — O processo administrativo-fiscal de instrução contraditória obedecerá, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

#### 1. PEÇA BÁSICA

O processo iniciar-se-á alternativamente:

a) pelo auto de infração;

b) pela representação;

c) por denúncia escrita ou verbal reduzida a termo.

2. A Secretaria da Fazenda criará, através de Instrução, um sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos iniciados.

#### 3. AUTO DE INFRAÇÃO

O auto de infração será lavrado por funcionário da Secretaria da Fazenda, no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária.

4. O auto de infração não deve conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele se descreverá de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo nele constar:

a) dia, hora e local da sua lavratura;

b) a qualificação e identificação fiscal do sujeito passivo;

c) o dispositivo da legislação tributária infringido e a penalidade aplicável;

d) o valor do crédito tributário relativo ao ICM, quando devido, demonstrado em relação à cada trimestre civil ou período, conforme haja ou não escrita contábil;

e) a assinatura do sujeito passivo, seu representante legal ou preposto;

f) determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de trinta dias.

5. A assinatura do sujeito passivo não importa em confissão, nem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravamento da penalidade.

6. As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

#### 7. REPRESENTAÇÃO

A representação será lavrada por funcionário das repartições fazendárias que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária.

8. São aplicáveis à representação as mesmas disposições relativas ao auto de infração, exceto o requisito da letra e do item 4 deste parágrafo.

#### 9. DENÚNCIA

A denúncia escrita deverá ter a firma reconhecida do denunciante, com a sua qualificação e do denunciado e relatar, inequivocamente, os fatos que constituem a infração.

10. Quando a denúncia for verbal será reduzida a termo assinado pelo denunciante, na repartição fazendária competente.

#### 11. APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadoria, livros e documentos como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

12. As mercadorias apreendidas devem ser removidas para depósito.

13. Não sendo possível nem aconselhável a remoção, as mercadorias poderão ser depositadas em mãos de pessoas idôneas ou do próprio sujeito passivo.

14. Se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias se encontram em residência particular, ou em dependências de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará as cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para a busca e apreensão judicial, se o morador ou detentor recusar-se a fazer a exibição dessas mercadorias.

15. As mercadorias apreendidas ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberadas, em qualquer fase processual, mediante a satisfação, pelo sujeito passivo, das exigências determinantes da apreensão, ou desde que apresentada fiança ou garantia suficiente para atender ao pagamento do crédito tributário, a critério do referido chefe da repartição fazendária.

16. O rito da hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário serão fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

17. Em relação a apreensão de livros e documentos fiscais, da sua correspondente lação será lavrado termo que constará do processo.

#### 18. INTIMAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA INSTÂNCIA

A intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa far-se-á:

a) pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante legal, ou preposto, de cópia da peça básica do processo e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, exigindo-se recibo datado e assinado no respectivo original;

b) por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento;

c) por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial do Estado quando resultarem improficuos os meios referidos nas letras a e b;

19. Considera-se feita a intimação:

a) na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação pessoal;

b) na data do recebimento, por via postal, ou telegráfica; se a data for omitida — quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

c) trinta dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

#### 20. INÍCIO DA AÇÃO FISCAL

A ação fiscal tem início e se formaliza na data em que o sujeito passivo integrar a instância, com a reclamação ou, na sua falta, em que se expirar o prazo para a sua apresentação.

#### 21. RECLAMAÇÃO

A reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo sujeito passivo da obrigação tributária, no prazo de trinta dias, com efeito suspensivo, a contar da data em que se considera feita a intimação.

22. A reclamação apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação.

23. A reclamação será protocolizada na repartição por onde correr a instrução do processo e nela o sujeito passivo aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver.

24. Decorrido o prazo sem que tenha sido apresentada a reclamação esse fato será certificado no processo, após o que somente poderá ser admitida prova que inequivocamente ilida a infração apontada.

#### 25. ADITAMENTO OU RETIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO

Se após a lavratura do auto de infração e ainda no curso do processo for verificada falta mais grave ou erro na capituloção da pena, será lavrado, no mesmo processo, termo de aditamento ou retificação, do qual será intimado o autuado, restituindo-se-lhe novo prazo de trinta dias para complementar a reclamação.

#### 26. CONTESTAÇÃO DA RECLAMAÇÃO

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, ao autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar, no prazo de dez dias, sobre as razões oferecidas pelo sujeito passivo.

#### 27. DILIGÊNCIAS

O chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou in-



formações que forem julgadas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

## 28. RELATÓRIO

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até dez dias do recebimento, com relatório circunstanciado sobre a matéria discutida.

## 29. JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTANCIA

O julgamento do processo em primeira instância cabe ao Diretor do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda.

30. Antes de proferir a decisão, a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência do órgão jurídico da Secretaria da Fazenda.

31. A competência decisória prevista no item 29 deste parágrafo poderá ser delegada.

## 32. DOS RECURSOS PARA SEGUNDA INSTANCIA

São os seguintes os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais:

a) "ex-officio", de decisão favorável ao sujeito passivo, mediante manifestação obrigatória da autoridade competente no final do ato decisório;

b) voluntário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo sujeito passivo, no prazo de até trinta dias contados da data da intimação da decisão, independentemente de garantia de instância.

33. As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância.

34. O recurso voluntário, mesmo perempto, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a perempção.

35. O rito processual em segunda instância obedecerá as normas previstas em lei complementar.

## 36. VISTA

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao sujeito passivo o direito de vista na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo.

## 37. DECISÕES DEFINITIVAS

As decisões definitivas favoráveis ao Estado são executadas pela intimação do sujeito passivo (contribuinte, responsável) pelo Departamento de Rendas Internas, marcando-se-lhe o prazo de trinta dias para o cumprimento da decisão.

38. As decisões são definitivas e irreformáveis na esfera administrativa quando não caiba mais recurso ou depois de esgotados os prazos para o exercício do direito de recorrer.

## SEÇÃO II

### DO RITO ESPECIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 57 — Quando se tratar de infração concernente a falta de recolhimento do saldo devedor relativo ao período considerado, declarado e demonstrado pelo próprio sujeito passivo, na guia de informação e apuração do ICM, o respectivo processo fiscal terá rito especial e sumário, não cabendo reclamação ou recurso.

§ 1.º — É admissível, até a data do pagamento, a retificação da Guia de Informação e Apuração do ICM, desde que a incorreção tenha resultado de erro na transcrição dos dados constantes do Livro de Registro de Apuração do ICM.

§ 2.º — Vencidos os prazos nos quais poderá o sujeito passivo recolher o ICM com a multa reduzida, sem que ocorra o pagamento, ou não tenha sido solicitado parcelamento do saldo devedor declarado, o valor do ICM e a importância total da multa serão inscritos, automaticamente, em dívida ativa do Estado.

§ 3.º — Não cabe ação administrativo-fiscal, pelo rito de instrução contraditória, em relação a falta de pagamento de saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM, aplicando-se, nesse caso, o rito previsto nesta seção.

## SEÇÃO III

### DA REDUÇÃO DAS MULTAS

Art. 58 — Tratando-se de infração tributária de que resulte exigibilidade de ICM, as multas aplicáveis poderão ser reduzidas:

I — nos procedimentos de instrução contraditória:

- a) no prazo da reclamação, — para 40% (quarenta por cento);
- b) no prazo de recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, — para 60% (sessenta por cento);
- c) no prazo de trinta dias da intimação posterior a inscrição em dívida ativa, — para 80% (oitenta por cento).

II — nos procedimentos de rito especial e sumário:

- a) até trinta dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento, — para 5% (cinco por cento);
- b) de trinta e um dias até sessenta dias contados da data referida na alínea anterior, — para 10% (dez por cento);
- c) de sessenta e um dias até noventa dias, a partir da data referida na alínea a, — para 20% (vinte por cento);
- d) de noventa e um dias até cento e vinte dias, a partir da data indicada na alínea a, — para 40% (quarenta por cento).

§ 1.º — Para obter a redução do valor da penalidade o sujeito passivo deverá pagar o total do imposto devido e a parcela da multa.

§ 2.º — O pagamento efetivado na forma do parágrafo anterior será certificado nos autos do processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, lavrando-se, a seguir, o termo do seu encerramento.

§ 3.º — Fica excluída a redução nas multas nos casos de aplicação de multas mínimas.

## CAPÍTULO XVII

### DO PAGAMENTO PARCELADO

Art. 59 — A Secretaria da Fazenda poderá admitir, através de Instrução, o parcelamento de quaisquer créditos tributários relativos ao ICM, fixando os critérios e condições para sua concessão.

§ 1.º — Concedido o parcelamento, lavrar-se-á termo de acordo na repartição fazendária competente, sem implicar em novação ou transação.

§ 2.º — O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo o termo de acordo resultante caráter decisório.

§ 3.º — Quando for indeferido o pedido de parcelamento, ou quando ocorrer o inadimplemento do acordo, serão tomadas, as medidas necessárias ao registro na dívida ativa do Estado, a fim de que seja providenciada a cobrança executiva do crédito tributário, deduzidas as parcelas já pagas.

§ 4.º — O termo de acordo será automaticamente rescindido quando ocorrer o inadimplemento de uma das prestações mensais.

Art. 60 — O valor parcelável compreende:

f — crédito tributário inscrito em dívida ativa do Estado:

- a) ICM;
- b) total da multa correspondente à infração;
- c) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo;
- d) juros vencidos sobre o valor do ICM e da multa;
- e) juros de mora vencidos e prefixados, sobre o ICM já corrigido e sobre o valor da multa;
- f) eventuais acréscimos.

II — crédito tributário ainda não objeto de qualquer procedimento fiscal:

- a) ICM;
- b) acréscimo previsto no § 2.º do artigo 24;
- c) juros vencidos sobre o ICM;
- d) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo.

III — crédito tributário correspondente a saldo devedor declarado em guia de informação e apuração ainda não inscrito em dívida ativa do Estado:

- a) ICM;
- b) total da multa correspondente à infração;
- c) juros vencidos sobre o ICM e multa.

IV — créditos tributários discutidos em processo administrativo de instrução contraditória, ainda não inscritos em dívida ativa do Estado:

- a) ICM;
- b) total da multa correspondente à infração;
- c) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo;
- d) juros vencidos e prefixados, sobre o ICM já corrigido e sobre o valor da multa;
- e) eventuais acréscimos.

## CAPÍTULO XVIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 61 — A partir da vigência desta lei, todas as infrações à legislação tributária do ICM serão apuradas de acordo com as normas processuais desta lei e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

Parágrafo Único — As penalidades previstas nesta lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração (letra c do inciso II do art. 106, do Código Tributário Nacional).

Art. 62 — Na denúncia espontânea efetivada a partir da data da vigência desta lei, serão aplicados os acréscimos moratórios previstos no § 2.º do art. 24.

Art. 63 — Fica o Secretário da Fazenda autorizado, na forma do disposto no inciso III do art. 172 do Código Tributário Nacional, a remeter o crédito tributário inscrito em dívida ativa do Estado, cujo valor seja inferior à quantia correspondente a um maior salário mínimo vigente no Estado ao tempo do despacho relativo a remissão.

Parágrafo Único — Compete à Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda organizar e encaminhar, à autoridade administrativa indicada neste artigo, a relação dos créditos tributários passíveis de remissão.

Art. 64 — Ficam aprovados e mantidos, até que revogados por ato da mesma ou de superior hierarquia ao da concessão ou declaração, ou, ainda, até a expiração do prazo previsto, os benefícios fiscais não arrolados nesta lei e vigentes na data da sua publicação e que com ela não se conflitem.

Art. 65 — Ficam revogadas as disposições em contrário e especialmente a lei n. 5.463, de 31.12.66; os artigos 1.º e 2.º da lei n. 5.493, de 31.01.67; a lei n. 5.498, de 02.02.67; a lei n. 5.566, de 08.06.67; o artigo 4.º da lei n. 5.716, de 01.12.67; a lei n. 5.730, de 31.01.68; o artigo 6.º da lei n. 5.763, de 02.05.68; a lei n. 5.772, de 15.05.68; a lei n. 5.794, de 12.06.68; a lei n. 5.834, de 29.08.68; a lei n. 5.891, de 13.12.68; a lei n. 5.927, de 25.04.69; a lei n. 5.950, de 02.06.69; a lei n. 6.014, de 29.09.69; a lei n. 6.076, de 24.02.70; a lei n. 6.105, de 01.06.70 e a lei n. 6.179, de 10.12.70.

Parágrafo Único — Enquanto não forem expedidos os atos que composibilitem a aplicação dos dispositivos desta lei que não sejam autoexecutáveis, ou enquanto a aplicação de tais dispositivos dependa de metódica implantação de novos órgãos, serviços ou rotinas administrativas, continuam em vigor as normas da legislação tributária anterior, compatíveis com este diploma e com as normas gerais de direito tributário.

Art. 66 — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1973.

A Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM

53/72

Curitiba, 19 de outubro de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de setembro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando ao seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo que de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Termo de Convênio celebrado entre o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando ao seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

Aos 26 dias do mês de setembro de 1972, o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, doravante apenas mencionada INCRA/MA, neste ato representada por seu Presidente Dr. José de Moura Cavalcanti e o Governo do Estado do Paraná, doravante designado por GOV/PR, neste ato representado sentada por seu Presidente Dr. José Francisco de Moura Cavalcanti e o Governo pelo Dr. Roulien Basaglia, Secretário da Agric., resolveram assinar o presente, de acordo com a legislação vigente.

## CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente Convênio, fica o GOV/PR pelo seu Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Sec. Agricultura incumbido da execução, articulada com a Coordenadoria Regional do INCRA/MA, dos serviços relativos à promoção da legislação específica, em toda área territorial dessa União de da Federação.



**CLÁUSULA SEGUNDA**

Ao INCRA/MA compete:

- a) contribuir com a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) colocando à disposição do Coordenador do Convênio, sendo que essa contribuição correrá à conta da Atividade 10.02.6.2.01 do Orçamento-Programa do INCRA/MA para o exercício de 1972, a qual só poderá ser movimentada depois de aprovado pelo DD/DDC, um Plano de Trabalho Integrado do qual resultará o Plano de Aplicação;
- b) designar um Coordenador para o presente Convênio que será o Coordenador Regional do INCRA/MA ou outro funcionário da Coordenadoria Regional a critério da Presidência que representará o INCRA/MA junto ao Órgão Executor, ficando responsável pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos financeiros alocados ao Convênio pelo INCRA/MA;
- c) Ao Coordenador do Convênio, designado conforme disposto na alínea "b", desta Cláusula, caberá apresentar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do ano do convênio, completa prestação de contas dos recursos recebidos do INCRA/MA, observadas as normas baixadas pela Secretaria de Finanças.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Ao Coordenadoria Regional do INCRA/MA compete:

- a) acompanhar a execução do Convênio;
- b) participar na seleção dos técnicos a serem contratados para prestação de serviços ao presente Convênio;
- c) participar na elaboração dos planos de trabalho;
- d) colaborar, dentro das suas possibilidades, com pessoal especializado na execução de serviços relativos a planos e projetos específicos, vinculados aos objetivos do presente Convênio;
- e) conduzir estudos sobre avaliação dos resultados alcançados, bem como verificar a eficiência das atividades do Convênio e disto dar conhecimento ao DD/DDC;
- f) dirigir-se à entidade vinculada ao Convênio, ou outras que eventualmente colaborem na sua execução, solicitando as providências necessárias ao bom andamento do trabalho;
- g) elaborar relatórios trimestrais informando o andamento dos trabalhos relativos ao presente Convênio;
- h) analisar, opinar e remeter ao DD/DDC os processos relativos à autorização de funcionamento de cooperativas e demais documentos do órgão executor do Convênio.

**CLÁUSULA QUARTA**

Ao GOV/PR compete:

- a) designar para Executor um técnico cooperativista de reconhecida capacidade, preferencialmente portador de diploma universitário;
- b) executar os trabalhos previstos no presente Convênio, através do órgão ao qual estejam afetos os assuntos do cooperativismo;
- c) assumir as obrigações legais com o pessoal convocado à execução do presente Convênio, excetuados os servidores do INCRA/MA;
- d) fazer observar as instruções que tenham sido ou venham a ser baixadas pelo Departamento de Desenvolvimento Rural do INCRA/MA, sem prejuízo do que tenha sido acordado no presente Convênio;
- e) fazer cumprir a legislação vigente e as normas aplicáveis às cooperativas, assim como fiscalizar o funcionamento de cada entidade, pelo menos uma vez por ano, dando sempre imediato conhecimento ao INCRA/MA das irregularidades apuradas, bem como as providências adotadas;
- f) lavrar os autos de infração decorrentes de não cumprimento da legislação cooperativista em vigor e fazer a devida comunicação ao INCRA/MA;
- g) remeter todos os documentos de interesse das cooperativas com destino ao INCRA/MA para a Coordenadoria Regional;
- h) proceder ao exame contábil das cooperativas para verificar se estas observam as instruções e normas técnicas estabelecidas pelas determinações estatutárias e legais;
- i) colaborar na elaboração da Política de Ação do INCRA/MA nos assuntos pertinentes ao cooperativismo;
- j) manter atualizados o sistema de Relatório do Convênio e os arquivos relacionados com o mesmo, bem como um fichário contendo informações sobre as entidades cooperativas;
- l) elaborar relatórios especiais quando solicitados pelo INCRA/MA;
- m) organizar e encaminhar à CR-INCRA/MA, até 30 (trinta) dias após o término do "ano-convênio", relatório circunstanciado e documentado dos trabalhos desenvolvidos.

**CLÁUSULA QUINTA**

O GOV/PR se compromete a colocar à disposição do Executor do presente Convênio a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) necessária à complementação para execução do Plano de Trabalho Integrado, independente de outras formas de participação.

**CLÁUSULA SEXTA**

O presente Convênio terá a duração de 1 (um) ano a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, denominado "ano-convênio" e poderá ser renovado por igual período desde que os resultados obtidos assim o aconselham.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

O nome do INCRA/MA constará ao lado do GOV/PR em todos os trabalhos, impressos, publicações, veículos e material de informação adquiridos ou elaborados com recursos do Convênio.

**CLÁUSULA OITAVA**

Sem prejuízo da autonomia administrativa, operacional e financeira das partes contratantes, o ministério da Agricultura, através de seus órgãos centrais, exercerá a fiscalização e controle do presente instrumento.

**CLÁUSULA NONA**

Cabe ao Governo Estadual adotar as providências legais juntos aos órgãos competentes de sua estrutura administrativa com relação à contra partida financeira, conforme estabelece a Cláusula Quinta.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

A emissão de comprovante de entrada de documentos em protocolo, para efeito do contido no artigo 18 e seus parágrafos 19 e 20 da Lei n. 5.764, de 18-12-71 é de competência exclusiva da Coordenadoria Regional do Estado do Paraná, sendo indelegável esta competência para qualquer parte deste Convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

Todos os bens de natureza permanente que venham a ser adquiridos com recursos do INCRA/MA a ele reverterão após o término ou rescisão do presente Convênio.

§ Único — Os bens a que se refere esta Cláusula serão relacionados por ocasião da apresentação da prestação de contas, devendo uma cópia da relação ser imediatamente encaminhada ao Serviço de Patrimônio do INCRA/MA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — Este Convênio poderá ser rescindido,

automaticamente, por inadimplemento de qualquer de suas Cláusulas, ou denunciado quando de interesse de qualquer das partes convenientes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** — Os termos que forem aditados no presente Convênio bem como a sua rescisão ficam sujeitos às disposições da Cláusula Oitava.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja, para solução de questões relativas a este instrumento, quando as mesmas não puderem ser resolvidas de comum acordo entre as partes signatárias.

E, para clareza e validade do que ficou convenicionado, lavrou-se este termo que, lido pelas partes convenientes e testemunhas presentes e achado conforme, vai por elas assinado.

Brasília, DF,

José Francisco de Moura Cavalcanti

Presidente do INCRA/MA

Roulien Basaglia

Secretário da Agricultura/PR.

**TESTEMUNHAS:**

Silvio Galdino de Carvalho Lima

Ennio Marques Ferreira

Confere com o original

Em 26-9-72

Cristiano O. Andreguetto

Assessor Jurídico da S.A.

A Comissão de Constituição e Justiça.

**MENSAGEM**

54/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de agosto de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "vacina ERA".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reiteiro a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Termo de Convênio que, entre si, fazem o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA e o ESTADO DO PARANÁ, através da Secretaria da Agricultura, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, utilizando a "vacina ERA".

Aos vinte e três (23) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), o Ministério da Agricultura, daqui por diante referido como "MINISTÉRIO", representado pelo seu Diretor Estadual no Paraná, Eng. Agr. João Palma Moreira, devidamente credenciado pela Portaria n. 416 de 17-11-71, do Sr. Ministro de Estado da Agricultura e o Estado do Paraná, através a Secretaria da Agricultura, daqui por diante referido como "SECRETARIA", representado pelo Secretário da Agricultura, Eng. Agr. Roulien Basaglia, devidamente autorizado pelo Governador do Estado, conforme despacho proferido no ofício n. 912-72-G, firmam o presente Convênio, objetivando o desenvolvimento do Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros, de conformidade com as cláusulas a seguir discriminadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A finalidade do presente Convênio é o emprego conjunto de esforços, com objetivo de se executar, plenamente, o Plano de Combate à Raiva dos Herbívoros na região do Litoral do Estado do Paraná, mediante a vacinação sistemática dos animais utilizando a "Vacina ERA".

**CLÁUSULA SEGUNDA**

O "MINISTÉRIO" colocará à disposição da "SECRETARIA" para revenda aos criadores, à vista 20.000 (vinte mil) doses da "Vacina ERA", em 4 (quatro) parcelas de 5.000 (cinco mil) doses, ao preço de Cr\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos), perfazendo o total de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), pagáveis depois da entrega de cada parcela dessa vacina.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O "MINISTÉRIO" colaborará na execução do presente Convênio orientando, supervisionando e avaliando a execução dos trabalhos, através dos seus técnicos para tal fim designados.

**CLÁUSULA QUARTA**

A "SECRETARIA" designará um Médico-Veterinário, do seu quadro ou credenciado, para executor do Presente Convênio e responsável pela execução dos trabalhos.

**CLÁUSULA QUINTA**

O Executor obriga-se a apresentar os respectivos demonstrativos, ao final de cada mês, além de detalhado Relatório Anual, ao Diretor da DEMA local, bem como quadro final demonstrativo das vacinas recebidas e aplicadas.

**CLÁUSULA SEXTA**

A importância correspondente a cada parcela entregue das vacinas, será recolhida pela "SECRETARIA", através de guia específica, à Agência do Banco do Brasil S.A. em nome do Fundo Federal Agropecuário, para que seja transferido à Agência Centro em Brasília, em conta idêntica.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

O presente Convênio terá vigência até 31-12-73, podendo ser prorrogado mediante competente Termo Aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA**

O presente Convênio passa a vigorar após sua publicação no Diário Oficial da União.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo, com uma via original e 5 (cinco) cópias de igual teor, que depois de lido e achado certo, estão assinadas pelas partes convenientes e testemunhas.

João Palma Moreira

Diretor Estadual

Roulien Basaglia

Secretário da Agricultura

**TESTEMUNHAS:**

1. (Assinatura Ilegível)

2. (Assinatura Ilegível)

A Comissão de Constituição e Justiça.

Curitiba, 19 de outubro de 1972



MENSAGEM

Curitiba, 19 de outubro de 1972

55/72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de setembro do corrente ano, entre o Governo do Estado do Paraná, juntamente com os governos do Distrito Federal e de outros Estados da Federação e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, objetivando o estabelecimento de um processo regular do intercâmbio de informações básicas para planejamento.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

CONVENIO DE INTERCAMBIO DE INFORMAÇÕES  
PARA O PLANEJAMENTO

Convênio que entre si celebram, de um lado, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, de outro, os Governos dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal visando ao estabelecimento de um sistema de informações para o planejamento.

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, doravante denominado MPCG, neste ato representado pelo Secretário-Geral, Dr. Henrique Planzer, e os Governos dos Estados do Acre, representado pelo Dr. José Higino de Souza Filho, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; Alagoas, representado pelo Dr. Benedito Hybi Cerqueira, Secretário de Planejamento; Amazonas, representado pelo Dr. Deille Guerra Macêdo, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; Bahia, representado pelo Dr. Roberto José Gabriel Dias, Dias Assessor da Secretaria de Planejamento; Ceará, representado pelo Dr. Luis Sérgio Gadelha Vieira, Secretário de Planejamento; Espírito Santo, representado pelo Dr. Wanthuyr José Zanotti, Assessor de Programação e Organização do Conselho de Desenvolvimento Econômico; Goiás, representado pelo Dr. Nelson Teixeira Leão, Secretário de Planejamento; Guanabara, representado pelo Dr. Francisco Manoel de Mello Franco, Secretário de Planejamento e Coordenação; Maranhão, representado pelo Dr. José Reinaldo Tavares, Secretário de Planejamento; Mato Grosso, representado pelo Dr. Sebastião Aroldo Kastrop, Secretário de Governo e Coordenação Econômica; Minas Gerais, representado pelo Dr. Paulo José de Lima Vieira, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; Pará, representado pelo Dr. Adriano Velloso de Castro Menezes, Secretário Geral do Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará; Paraíba, representado pelo Dr. Cesar de Paiva Leite, Secretário de Planejamento; Paraná, representado pelo Dr. Ivo Simas Moreira, Secretário de Estado de Negócios do Governo; Pernambuco representado pelo Professor Arnaldo Rodrigues Barbalho, Secretário de Coordenação Geral; Piauí, representado pelo Dr. Antonio de Pádua Franco Ramos, Secretário de Planejamento; Rio de Janeiro, representado pelo Dr. Darcy Campos de Medeiros, Presidente do Conselho de Planejamento e Coordenação; Rio Grande do Norte, representado pelo Dr. Marcos César Formiga Ramos, Secretário de Planejamento e Coordenação Geral; Rio Grande do Sul, representado pelo Dr. Carlos Verissimo de Almeida Amaral, Secretário de Coordenação e Planejamento; Santa Catarina representado pelo Dr. Hoyôde de Gouvêa Lins, Secretário de Desenvolvimento Econômico; São Paulo, representado pelo Dr. Miguel Colasuonno, Secretário de Economia e Planejamento; Sergipe, representado pelo Dr. Jacó Charcot Rios, Secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe e o Distrito Federal, representado pelo Dr. Joíro Gomes da Silva, Secretário do Governo, doravante denominados ESTADOS, estabelecem o presente convênio, regido pelas seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto deste convênio o estabelecimento de um processo regular de intercâmbio de informações para o planejamento entre o MPCG e os ESTADOS especialmente no que se refere a: I — diretrizes gerais de políticas de governo; II — planos, programas e projetos governamentais de desenvolvimento; III — programação e execução orçamentária; IV — programas e experiências governamentais relacionadas com o planejamento a organização e a modernização administrativa; V — indicadores setoriais de desempenho do sistema social. **CLÁUSULA SEGUNDA:** Serão executores deste convênio: a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, doravante denominada SAREM, por parte do MPCG, e, por parte dos ESTADOS, as Secretarias de Planejamento ou órgãos equivalentes, para tal expressamente indicados pelos ESTADOS ao MPCG, doravante denominados SECRETARIAS. **CLÁUSULA TERCEIRA:** A primeira lista das informações que serão objeto de intercâmbio constitui o Anexo deste convênio, ficando ajustado que, quando for necessário e houver mútua concordância, esta lista poderá ser modificada, mediante simples troca de correspondência entre os executores, referidos na cláusula segunda. **CLÁUSULA QUARTA:** A SAREM e as SECRETARIAS estabelecerão os procedimentos operacionais para a execução deste convênio, ficando desde logo estabelecido que o fornecimento de informações a cargo dos ESTADOS será feito de acordo com a metodologia e periodicidade que forem estabelecidas de comum acordo entre as partes. **CLÁUSULA QUINTA:** A critério do MPCG, poderá ser feita, na vigência deste convênio, transferência de recursos federais, até o montante de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) a cada um dos ESTADOS, para o custeio de dispêndios que venham a ser efetuados em decorrência da execução deste convênio, inclusive pagamento de pessoal técnico em regime de tempo integral. **Parágrafo Único:** As liberações dos recursos referidos nesta cláusula ficarão condicionadas à aprovação de programas de aplicações devidamente fundamentados, a serem apresentados pelos ESTADOS ao MPCG. **CLÁUSULA SEXTA:** O presente convênio vigorará por um período de dois (2) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes, mediante a assinatura de termos aditivos. **CLÁUSULA SÉTIMA:** O MPCG e os ESTADOS, conjunta ou individualmente, poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão total ou parcial deste convênio, se ocorrer comprovado inadimplemento ou motivo de força maior, ficando assegurada, nesta hipótese, a devolução ao Governo Federal dos saldos dos recursos referidos na cláusula quinta existentes em poder dos ESTADOS com os quais este convênio venha a ser rescindido. E por estarem justos e de comum acordo, lavrarão-se os presentes termos de convênio, que

vão assinados em três (3) vias pelas partes convenientes na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Brasília, 12 de setembro de 1972.

Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
Governo do Estado do Acre  
Governo do Estado de Alagoas  
Governo do Estado do Amazonas

Convênio que entre si celebram, de um lado, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, de outro, os Governos dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal visando ao estabelecimento de um sistema de informações para o planejamento.

Governo do Estado da Bahia  
Governo do Estado do Ceará  
Governo do Estado do Espírito Santo  
Governo do Estado de Goiás  
Governo do Estado da Guanabara  
Governo do Estado do Maranhão  
Governo do Estado do Mato Grosso  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Governo do Estado do Pará

Convênio que entre si celebram, de um lado, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, de outro, os Governos dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal visando ao estabelecimento de um sistema de informações para o planejamento.

Governo do Estado da Paraíba  
Governo do Estado do Paraná  
Governo do Estado de Pernambuco  
Governo do Estado do Piauí  
Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Governo do Estado de Santa Catarina  
Governo do Estado de São Paulo

Convênio que entre si celebram, de um lado, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, de outro, os Governos dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal visando ao estabelecimento de um sistema de informações para o planejamento.

Governo do Estado de Sergipe  
Governo do Distrito Federal

Testemunhas:

(Assinatura ilegível)  
(Assinatura ilegível)

ANEXO ao Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e os Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal, em 14 de setembro de 1972.

PRIMEIRA LISTA DE INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE A  
CLÁUSULA TERCEIRA DO CONVÊNIO

I — INFORMAÇÕES A SEREM FORNECIDAS PELO MPCG AOS ESTADOS

1. Diretrizes gerais de políticas do Governo Federal:
  - a) — objetivos gerais e metas globais;
  - b) — prioridades setoriais e regionais;
  - c) — critérios para a aplicação dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e Fundo Especial, bem como para a contratação de empréstimos, operações ou acordos de interesse dos Estados;
2. Planos, programas e projetos do Setor Público Federal;
3. Orçamentos e balanços federais e programações financeiras, incluindo-se previsão de receitas e depósitos de recursos vinculados aos vários fundos que compõem o sistema de transferências federais;
4. Programas e experiências governamentais relacionados com o planejamento, a orçamentação e a modernização administrativa;
5. Indicadores de desempenho do sistema social (1);
6. Outras informações de interesse dos Estados.

II — INFORMAÇÕES A SEREM FORNECIDAS PELOS ESTADOS AO MPCG:

1. Diretrizes gerais de políticas do Governo Estadual:
  - a) — objetivos gerais e metas globais;
  - b) — prioridades setoriais e regionais.
2. Planos, programas e projetos do Setor Público Estadual;
3. Orçamentos, balanços estaduais e programações financeiras, indicando:
  - a) — estimativa da receita e despesa, por programas, e outras informações orçamentárias;
  - b) — previsão dos compromissos decorrentes da dívida pública;
  - c) — orçamentos e aplicação dos bancos oficiais estaduais;
  - d) — balanço de exercícios anteriores e informações sobre a programação financeira e sua execução dos exercícios correntes;
  - e) — programas de aplicação, receitas efetivas e dados sobre a execução de programas contemplados com as seguintes transferências:
    - Fundo de Participação dos Estados;
    - Fundo Especial;
    - Fundo Rodoviário Nacional;
    - Fundo Federal de Eletrificação;
    - Fundo Nacional de Mineração;
    - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
4. Programas e experiências governamentais relacionadas com o planejamento, a orçamentação e a modernização administrativa;



5. Indicadores de desempenho do sistema social (2);  
6. Outras informações de interesse do MPCG.

(1) e (2) — A explicitação dos indicadores será feita pela SAREM e pelas SECRETARIAS, quando da definição da metodologia e periodicidade, referidas na cláusula quarta do convênio.

#### A Comissão de Constituição e Justiça.

— Sob o n.º 392/72, do Senhor Major Odair Carlos Kroland, Comandante do Corpo de Policiamento Rodoviário, encaminhando Mapa Estatístico, elaborado por aquela Corporação, relativo ao ano de 1.971. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 145/72.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Assembléia Legislativa, um voto de regozijo, pela passagem do 40.º aniversário de fundação da Firma Hermes Macedo S.A.

Requer, outrossim que da manifestação desta Casa, seja dado conhecimento ao titular daquela Firma, Deputado Federal Senhor Hermes Macedo.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1.972

(a) — João Mansur

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, a consignação em Ata dos trabalhos de hoje, de voto de regozijo pelo transcurso do 50.º aniversário de fundação da Sociedade de Agricultura "União", de Rio Negro, ocorrido no último dia 5.

Unindo todos os lavradores daquela comuna, a Sociedade de Agricultura União vem realizando um meritório serviço de assistência, animando a criação de todas as espécies de culturas agrícolas, gado, processos de aperfeiçoamento de sementes e estímulo à solidariedade social da região.

A comemoração do 50.º aniversário é motivo de júbilo para todos os agricultores daquela comuna e para aqueles que tiveram a oportunidade de conhecer aquela Sociedade.

Por último requer a Vossa Excelência que da decisão deste Plenário, seja comunicado ao Presidente da Sociedade, Senhor Lions Lourenço, que vem realizando uma profícua gestão à frente da mesma.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1972.

(a) — Maurício Fruct

#### PROJETOS DE LEIS:

##### Projeto de Lei n.º 196/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1.972

(a) — Jorge Sato

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio Comercial Nice Braga, de São Jorge do Ivaí, funciona, atualmente com 109 alunos conjuntamente com a Escola Normal, com 60 alunos. e o Curso Científico, com 40 alunos.

Acontece que o referido Colégio licenciará, no corrente ano, 60 alunos e vem sendo mantido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, e dado o número elevado de alunos, não há mais condições de manutenção pela aludida entidade, razão pela qual propomos passar o mesmo à responsabilidade do Estado, o qual tem melhores recursos financeiros e técnicos para atender o seu funcionamento nos moldes desejados.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoioamento e consequentemente aprovação.

##### Projeto de Lei n.º 197/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao GENERAL LUIZ CARLOS PEREIRA TOURINHO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em: 06 de novembro de 1.972

(a) — Quíelse Crisóstomo

**JUSTIFICAÇÃO:** O brilhante currículo, anexo ao presente projeto de lei, é, por ele mesmo, suficientemente expressivo dos méritos incontestáveis do ilustre General Luiz Carlos Pereira Tourinho, para receber a homenagem e o reconhecimento que ora se propõe.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo cradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quíelse Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106-71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada que demanda de São Mateus do Sul ao entroncamento do Distrito de Riozinho, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/71, de autoria dos Deps. Basílio Zanusso e Quíelse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a celebrar através do D.E.R., convênio com os Municípios de Atalaia e Flórida, para construção de uma ponte sobre o rio Pirapó, divisa entre os referidos Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a construir um Ginásio Estadual em Santa Maria, Município de Pitanga e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues Júnior, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada com 26 km, que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260/71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul a Rio Azul, passando por Porto Soares no Rio Pottinga. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 279/71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Palmeirinha, no Município de Guarapuava, ao Município de Palmital, passando pelos Distritos de Cerro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-72, de autoria do Dep. Antonio Belinatti, declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, declara de Utilidade Pública a Tenda Espírita Yoriel, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, declara de Utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/72, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, declara de Utilidade Pública, a Guarda Mirim da cidade de Bela Vista do Paraíso. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n.º 189/72 — aprova em todos os seus termos, o contrato n.º 1/72, firmado entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, e a Universidade Federal do Paraná, com finalidades que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 28/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado em todos os seus termos, o Contrato n.º 1-72, firmado em 31 de maio de 1972, entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de levantamentos, análises e estudos básicos, com vistas à formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Cândido M. de Oliveira

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 189-72

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 44-72, encaminhando cópia do contrato n.º 1/72, firmado em 31 de maio de 1972, entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de levantamentos, análises e estudos básicos, com vistas à formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná.

#### PARECER

Submete-se ao estudo e parecer desta Comissão, proposição oriunda da Mensagem Governamental n.º 44-72, encaminhando a esta Casa de Leis cópia autêntica do Contrato n.º 1-72, firmado em 31 de maio do corrente ano, entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU, e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de levantamentos, análises e estudos básicos, com vistas à formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida submetida à apreciação desta Doute Comissão, esta expresso no próprio texto do Contrato. Enfocado sob o prisma legal e constitucional, a matéria é escoreita.

Opino pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Igo Lasso

Erondy Silvério



MENSAGEM

44/72

Curitiba, 20 de setembro de 1972.  
PROPOSIÇÃO N. 189-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Contrato n.º 1-72, firmado em 31 de maio de 1972, entre o Estado do Paraná, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU — e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de levantamentos, análises e estudos básicos, com vistas à formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colêxia Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/Capital.

CONTRATO N. 01-72  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 28-72

Contrato de Empreitada, objetivando a formulação de alternativas para uma política conjunta de Desenvolvimento Urbano e Micro-Regional para o Paraná, que entre si fazem, de um lado, a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL —, o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ e o SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO — SERFHAU —, e, de outro lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

Saibam quantos este instrumento jurídico de contrato virem, que, aos 31 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reuniram-se nesta cidade de Curitiba, no Palácio Iguaçu, sede do Governo do Estado do Paraná, de um lado, a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — SUDESUL —, CGC/MF n.º 92.885.151, autarquia federal com sede em Porto Alegre, RS criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo disposto no artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, pelo Decreto-Lei n.º 684, de 15 de julho de 1969, e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 03 de setembro de 1969, doravante denominada simplesmente "SUDESUL", neste ato representada pelo seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro, o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, doravante denominado simplesmente "ESTADO", neste ato representado pelo seu Governador, o Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza e o SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO — SERFHAU —, CGC/MF n.º 33.943.663, autarquia federal com sede no Estado da Guanabara, criada pela Lei n.º 4380, de 21 de agosto de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 59.917, de 30 de dezembro de 1966, e pela Portaria n.º 05, de 14 de janeiro de 1971, do Ministério do Interior, doravante denominado simplesmente "SERFHAU", neste ato representado pelo seu Superintendente, o Engenheiro Leo Serejo Pinto de Abreu, e, outro lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CGC/MF n.º 75095679/001..., com sede em Curitiba, doravante denominada simplesmente "UNIVERSIDADE", neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor, Professor Alcagyr Munhoz Mader, na forma de seus Estatutos e de acordo com a aprovação dada pelo Conselho Universitário em: data de 15 de setembro de 1971, e resolveram celebrar o presente Contrato de Empreitada, de acordo com o disposto nos artigos 1237 a 1247 do Código Civil, no que forem aplicáveis, dando execução ao pactuado no Acordo de Cooperação 20-71, celebrado no dia 13 de outubro de 1971, entre a "SUDESUL", o "ESTADO" e o "SERFHAU".

CLAUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO DO CONTRATO: — Constitui objeto do presente Contrato de Empreitada a execução pela "UNIVERSIDADE", de levantamentos, análises e estudos básicos, de acordo com o pactuado neste instrumento, visando a formulação de alternativas para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional no Estado do Paraná, objetivando especialmente:

- 1 — Definição dos serviços urbanos mínimos essenciais para o desenvolvimento.
- 2 — Determinação do equipamento necessário para atender tais serviços.
- 3 — Análise das instituições tipo para prestação dos serviços do item: 1.
- 4 — Levantamentos:
  - a) das características urbanas do Paraná;
  - b) dos serviços urbanos existentes.
- 5 — Estudo do crescimento urbano do Paraná — Tendências.
- 6 — Inventário da Legislação existente.
- 7 — Definição de uma tipologia urbana para o Paraná.
- 8 — Projeções físicas, demográficas e econômicas até 1980.
- 9 — Polarização e tendência de Polarização.
- 10 — Padrões de qualidade desejáveis em cada grupo de cidade da tipologia urbana determinada.
- 11 — Confrontação da realidade atual com os padrões determinados no item anterior.
- 12 — Perfil dos investimentos necessários para atingir tais padrões a médio prazo.
- 13 — Indicação da legislação necessária para a implantação da Política.
- 14 — Indicação e projetos significativos de alcance micro-regional.
- 15 — Diretrizes para a organização de um centro de informações.
- 16 — Proposição de Alternativas de Política de Desenvolvimento Urbano no Paraná.

Parágrafo Primeiro: Visando atingir o objetivo fixado nesta Cláusula a "UNIVERSIDADE" obriga-se a executar a obra discriminada em duas etapas, a primeira, com duração de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do pagamento da primeira parcela à "UNIVERSIDADE" e a segunda no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da aprovação pela "SUDESUL" das obras correspondentes à primeira etapa.

Parágrafo Segundo: Para atingir o objetivo discriminado nesta Cláusula, caberá à "UNIVERSIDADE" executar, durante a primeira etapa, os seguintes trabalhos:

1. Funções econômicas regionais:
  - 1.1. Reunião dos estudos de desenvolvimento regional, existentes para

definição das regiões econômicas características e estabelecimento das prioridades de serviços essenciais ao desenvolvimento.

- 1.2. Levantamento sumário da produção regional e de dados básicos para a elaboração de indicadores econômicos.
  - 1.3. Análise dos dados levantados.
  - 1.4. Projeções da produção regional e da evolução dos indicadores econômicos.
  2. Estrutura interna da cidade:
    - 2.1. Elaboração de parâmetros da estrutura, crescimento e distribuição das populações urbanas, da tipologia administrativa esquemática e dos parâmetros físicos da cidade: índice de usos do solo e densidades urbanas.
    - 2.2. Reunião dos dados demográficos censitários de 1940, 1950, 1960 e 1970; levantamentos de dados quantitativos e qualitativos da administração municipal; reunião de material cartográfico básico e existente para o estudo da evolução física das cidades.
    - 2.3. Análise sucinta do comportamento demográfico, da administração municipal e da evolução física das cidades.
    - 2.4. Projeções dos prováveis aumentos urbanos globais demográficos até 1980 e previsões preliminares alternativas do crescimento físico das cidades.
  3. Serviços Urbanos e respectivos equipamentos:
    - 3.1. Determinação teórica e sintética dos serviços urbanos mínimos essenciais ao desenvolvimento e do equipamento desejável e seus parâmetros de eficiência.
    - 3.2. Levantamento sumário dos serviços urbanos existentes e de seu equipamento: Educação, Cultura, Recreação, Saúde e Salubridade, Habitação, Ação Comunitária e Serviços Sociais, Administração e Segurança, Transportes e Armazenamento, Transportes Urbanos, Comunicações, Energia, Serviços Básicos ligados ao Setor Primário, Indústria, Comércio e Rede Bancária.
    - 3.3. Análise da evolução e da eficiência dos serviços existentes.
    - 3.4. Projeção das necessidades prováveis de serviços e equipamentos até 1980.
  4. Polarização:
    - 4.1. Estabelecimento de critério para um esquema de polarização das cidades paranaenses.
    - 4.2. Levantamento dos estudos já realizados.
    - 4.3. Análise e crítica dos mesmos e elaboração de hierarquia de polarização.
    - 4.4. Determinação dos aspectos dinâmicos do esquema de polarização.
  5. Tipologia das cidades paranaenses:
    - 5.1. Estabelecimento de critérios para uma tipologia urbana.
    - 5.2. Reunião dos resultados setoriais.
    - 5.3. Caracterização gerérica da tipologia existente no Paraná.
  6. Outros levantamentos, análises, diagnósticos e formulações teóricas necessários para atingir os objetivos definidos nesta Cláusula.
- Parágrafo Terceiro: No desenvolvimento da segunda etapa deverá a "UNIVERSIDADE" realizar os seguintes trabalhos:
1. Resumo de alternativas do desenvolvimento regional.
  2. Alternativas para os diversos tipos urbanos de políticas: populacional, administrativa e de uso do solo urbano.
  3. Prioridades de serviços e seu equipamento em vista do desenvolvimento regional.
  4. Alternativas do desenvolvimento da estrutura da polarização.
  5. Alternativas para uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional do Paraná.

Parágrafo Quarto: A "UNIVERSIDADE" executará a empreitada ora contratada através de suas unidades dedicadas à pesquisas e ao estudo de matéria ligada ao desenvolvimento urbano e micro-regional.

Parágrafo Quinto: Na execução da obra contratada, a "UNIVERSIDADE" observará, rigorosamente, em todos os seus detalhes, o pertinente "PROJETO DE PESQUISA" elaborado pela mesma, o qual devidamente assinado pelas partes contratantes, integra este instrumento para todos os fins de direito, como anexo n.º 1.

CLAUSULA SEGUNDA — DA QUALIDADE DOS TRABALHOS E DO PESSOAL:

I — A "UNIVERSIDADE" obriga-se por este instrumento a melhor forma de direito a cumprir todas as suas obrigações e, enunciativamente, elaborar e executar todos e quaisquer serviços, encargos, trabalhos, pesquisas e levantamentos decorrentes deste contrato e, especialmente o relatório final mencionado na Cláusula Quinta, item IV, com extraordinária eficiência e esmero, de acordo com os melhores padrões técnicos nacionais e internacionais pertinentes, e a adotar, no que couber, as normas e as especificações do "SERFHAU".

II — Obriga-se a "UNIVERSIDADE" a executar os trabalhos decorrentes do presente Contrato através da equipe básica constante do anexo II do presente instrumento, devidamente rubricado pelas partes.

Parágrafo Único: Os técnicos integrantes da equipe básica acima referida, poderão ser substituídos em casos especiais, por outros altamente especializados, cabendo porém, sempre à "SUDESUL" aprovar previamente as substituições, após a comprovação pela "UNIVERSIDADE" da alta eficiência e capacidade dos mesmos.

Alínea: O descumprimento pela "UNIVERSIDADE" do ora pactuado será considerado para todos os fins de direito, como inadimplemento contratual e dará direito ao "ESTADO", à "SUDESUL" e ao "SERFHAU" de considerar rescindido o presente Contrato, cabendo à empreiteira indenizar os empregados por perdas e danos.

CLAUSULA TERCEIRA — DA PROPRIEDADE DOS RELATÓRIOS E DAS INFORMAÇÕES:

Todos os dados, pesquisas, relatórios, mapas, planos, estatísticas, memorandos, códiços, bem como a massa de cartões perfurados utilizados para a computação eletrônica e quaisquer outros documentos elaborados pela "UNIVERSIDADE" em decorrência da presente empreitada, constituirão co-propriedade exclusiva da "SUDESUL", do "ESTADO" e do "SERFHAU".

Parágrafo Primeiro: Todos os relatórios e demais documentos referidos nesta Cláusula serão tratados como confidenciais pela "UNIVERSIDADE" e não serão postos à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica nem divulgados sem o prévio e expresso consentimento dos empreiteiros, podendo porém a "UNIVERSIDADE" possuir, nos seus arquivos, registros próprios dos trabalhos decorrentes da execução da empreitada, exclusivamente para consulta própria.

CLAUSULA QUARTA — DA SUBCONTRATAÇÃO: A "UNIVERSIDADE" não cederá, nem transferirá, nem disporá deste contrato ou de suas partes, ou de quaisquer direitos dele decorrentes, e, nunciativamente, não subcontratará



nem mesmo parte dos serviços a não ser com expresso consentimento dos empreitadas, quando então, mesmo obtido o consentimento de subcontratação, os estudos e serviços atinentes serão sempre, em qualquer hipótese, elaborados sob a supervisão direta e exclusiva responsabilidade da "UNIVERSIDADE".

**CLAUSULA QUINTA — DOS RELATÓRIOS:** A "UNIVERSIDADE" entregará à "SUDESUL", ao "ESTADO" e ao "SERFHAU" uma via a cada um dos seguintes documentos, atinentes à empreitada objeto do presente contrato:

I — Relatórios mensais de desenvolvimento dos trabalhos e dos resultados obtidos, que deverão ser entregues até o dia 10 (dez) do mês seguinte;

II — Relatório da primeira etapa do trabalho contendo todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados no Parágrafo Segundo da Clausula Primeira, para ser aprovado pelas demais partes contratantes;

III — Esquema do relatório final, que deverá ser entregue juntamente com o relatório da primeira etapa, para ser igualmente aprovado pelas demais partes contratantes;

IV — Relatório final, contendo:

— Descrição do desenvolvimento geral dos trabalhos e da metodologia utilizada, com referência às aproximações alcançadas;

— Cópia em cartões perfurados, de todos os dados numéricos utilizados durante os trabalhos objeto da empreitada;

— Todos os dados e elementos constantes dos itens relacionados no Parágrafo Terceiro da Clausula Primeira, concluindo por uma proposição formal de alternativas para uma política de desenvolvimento urbano e micro-regional do Paraná.

Parágrafo Primeiro: A aprovação do relatório apresentado pela "UNIVERSIDADE" deve dar, por cada uma das demais partes contratantes, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega respectiva, sendo que no caso de desaprovção, disporá a "UNIVERSIDADE" de outros 60 (sessenta) dias, para atender as exigências impostas para merecer aprovação; o silêncio de qualquer das partes por mais de 60 (sessenta) dias, após o recebimento de cada relatório, implicará em sua aprovação tácita.

Parágrafo Segundo: Logo que o relatório final obtiver a aprovação das entidades mencionadas no "Caput" desta Clausula, a "UNIVERSIDADE" fará imprimir, por sua conta o referido relatório final, fornecendo a cada uma delas 50 (cinquenta) exemplares.

**CLAUSULA SEXTA — DO PREÇO E DO PAGAMENTO:** A "SUDESUL" e o "ESTADO" pagarão à "UNIVERSIDADE", a título de preço pela execução da empreitada, a importância de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), observado o disposto nos Parágrafos seguintes:

Parágrafo Primeiro: A "SUDESUL" entregará à "UNIVERSIDADE" a importância de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) logo após a publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná do presente contrato; a importância de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) logo após a aprovação pela "SUDESUL" do relatório da primeira etapa do trabalho ora contratado; e a importância de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) após a conclusão da segunda etapa e sua aprovação final pela "SUDESUL".

Parágrafo Segundo: O "ESTADO" realizará sua participação financeira através da Secretaria de Viação e Obras Públicas no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), podendo fazê-la em parte através do fornecimento de materiais e serviços, inclusive pessoal, assim discriminados:

1 — 3 (três) técnicos de nível superior durante 6 (seis) meses, no valor de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros);

2 — 5 (cinco) auxiliares de pesquisa durante 6 (seis) meses, no valor de Cr\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos cruzeiros);

3 — 5 (cinco) auxiliares diversos durante 6 (seis) meses, no valor de Cr\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos cruzeiros);

4 — Transporte, matéria de expediente, telefone, passagens e estadias, no valor global de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); o saldo da participação financeira do "ESTADO" será entregue à "UNIVERSIDADE" por ocasião da aprovação pelo "ESTADO" do relatório da primeira etapa do trabalho contratado.

Parágrafo Terceiro: As importâncias pagas de acordo com o disposto nesta Clausula, serão depositadas pela "UNIVERSIDADE" em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., podendo apenas ser movimentada para os fins previstos neste contrato.

**CLAUSULA SÉTIMA — DA PARTICIPAÇÃO DO "SERFHAU":** O "SERFHAU" fará efetiva a sua participação, através de assistência técnica, representada pela prestação dos seguintes serviços:

1. Serviços de computação eletrônica necessários ao desenvolvimento dos trabalhos;

2. Colaboração técnica e prestação de serviços visando:

2.1. Análise de aspectos de planejamento, administração e avaliação a serem servidos e suas necessidades mínimas de informação e custo;

2.2. Identificação dos serviços do Centro de Informações para o Desenvolvimento Urbano e Local — CIDUL que deveriam ser aproveitados para o Centro de Informações.

Parágrafo Único: Na prestação da assistência técnica referida nesta Clausula o "SERFHAU" utilizará somente o pessoal de seus quadros ou os equipamentos que já estiverem alocados aos seus serviços.

**CLAUSULA OITAVA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO EMPENHO:**

I — A importância a ser paga pela "SUDESUL", conforme disposto no "caput" desta Clausula, é parte do seu Orçamento-Programa de 1972 — Programa: Habitação e Planejamento Urbano; Subprograma: Planejamento Urbano; Projeto: 59.06.11.06.1.031. — Programa de Ação Concentrada — Estudos Básicos para Formulação de uma Política de Desenvolvimento Urbano no Paraná; Elemento de Despesa: 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) e empenhada sob n.º 409-72, em 29 de maio de 1972.

II — A importância a ser paga pelo "ESTADO", conforme disposto no "caput" desta Clausula, correrá por conta do Orçamento Geral do "ESTADO" consignação 8.1.4.0; Subconsignação 3.1.4.0.17; Programa 1972 — 4.0.61.01.0.

**CLAUSULA NONA — DA REPRESENTAÇÃO:** As partes contratantes nomearão, no prazo de 5 (cinco) dias, contados desta data, cada uma, um representante e um suplente, aos quais serão delegados, na forma prevista no artigo 11 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, todos os poderes necessários para representar as respectivas entidades na execução do presente Contrato.

Parágrafo Primeiro: O representante da "UNIVERSIDADE" exercerá também as funções de Coordenador dos trabalhos técnicos e movimentará as importâncias entregues à "UNIVERSIDADE", de acordo com o disposto neste instrumento.

Parágrafo Segundo: Os representantes, respectivamente, da "SUDESUL", do "ESTADO" e do "SERFHAU" acompanharão e fiscalizarão a execução des-

ta empreitada, podendo proceder a quaisquer exames, inspeções, levantamentos, peritagens, onde lhes parecer conveniente, obrigando-se a "UNIVERSIDADE" a facilitar e permitir a execução das atinentes medidas.

Parágrafo Terceiro: Caberá à Coordenação Regional do Programa de Ação Concentrada, por seu Coordenador e ao Departamento de Desenvolvimento local, logo que implantado, por seu Diretor, ambos da "SUDESUL", a emissão do Laudo Técnico exigido pelo artigo 29 do Decreto-lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

**CLAUSULA DÉCIMA — DA ASSISTÊNCIA DO "SERFHAU":** O "SERFHAU" obriga-se por seu representante a proceder a uma avaliação periódica do desenvolvimento dos trabalhos e dará todas as assistências técnicas necessárias à sua compatibilização com a política nacional de desenvolvimento urbano, local e micro-regional, traçada pelo Ministério do Interior, assim como para a adoção de suas normas e especificações nos documentos originais desta empreitada.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA ARBITRAGEM:** Quaisquer dúvidas e divergências decorrentes da execução deste contrato serão submetidas a uma corte de arbitragem a ser instituída, de comum acordo entre as partes contratantes.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA PUBLICAÇÃO:** As despesas decorrentes da publicação deste contrato correrão por conta do "ESTADO" e as demais, por conta da "SUDESUL".

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes presente instrumento em 9 (nove) vias de igual teor e forma na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que seja firme e valioso.

Curitiba, Palácio Iguatçu 31 de maio de 1972.  
aa) "SUDESUL" — Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Melro, Superintendente

"ESTADO" — Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador  
"SERFHAU" — Engenheiro Léo Serejo Pinto de Abreu, Superintendente  
"UNIVERSIDADE" — Professor Alcyr Munhoz Mader, Reitor.  
TESTEMUNHAS  
Ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 29-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça-ex-Proposição n.º 190-72 — aprova convenio celebrado entre o Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado a execução parcial dos Serviços de Polícia Marítima aérea e de fronteira, conforme Lei Federal n.º 4.483, de 16.11.64. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 29-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convenio celebrado em 7 de agosto de 1972 entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado do Paraná a execução parcial dos serviços de polícia marítima aérea e de fronteiras, na forma da Lei Federal n.º 4.483, de 16 de novembro de 1964.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em  
aa) Armando Queiroz — Presidente  
Cândido Martins de Oliveira — Relator.  
Ovidio Franzoni.

#### Comissão de Constituição e Justiça

#### PARECER

#### A PROPOSIÇÃO N. 190-72

#### MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 45-72

1) — A presente proposição é oriunda da Mensagem Governamental n.º 45-72, que encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia do Convenio celebrado entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira.

2) — O ato governamental merece o necessário apoio desta Casa, nos termos do art. 22, VII, da Constituição do Estado, pelo que opinamos pela sua aprovação, apresentando, em anexo, o Projeto de Resolução que deverá consubstanciar a manifestação da Assembléia Legislativa.

E o parecer, s.m.j.  
Sala das Comissões, em

aa) Armando Queiroz — Presidente  
Candido Martins de Oliveira — Relator  
Ovidio Franzoni  
Erondy Silvério  
Igo Losso  
Muggiati Filho.  
MENSAGEM N. 45-72

Curitiba, 20 de setembro de 1972

#### Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 7 de agosto de 1972, entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado do Paraná a execução parcial dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira, na forma da Lei Federal n.º 4.483, de 16 de novembro de 1964.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

#### a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Wilson Figueiredo Fortes  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL



## PROPOSIÇÃO N. 190-72

Convênio entre o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, com sede em Brasília-DF, doravante denominado "Departamento" e representado por seu Diretor Geral, General Nilo Caneppe Silva, e o Governo do Estado do Paraná, doravante denominado "Estado" e representado por seu Secretário de Estado da Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes, celebram, entre si, o presente Convênio que se estabelece nos termos do artigo 13, § 3.º, da Emenda Constitucional n. 01, de 17 de outubro de 1969, o artigo 165, do Decreto-Lei n. 941, de 13 de outubro de 1969, observadas as disposições das cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Pelo presente Convênio fica delegada do Estado a execução parcial, em seu território, dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, na forma da Lei n. 4.483, de 16 de novembro de 1964, regulamentada pelo Decreto n. 56.510, de 28 de junho de 1965, e do Decreto n. 66.689, de 11 de junho de 1970, que por força do disposto na alínea "a" do item VIII, do art. 8.º da Emenda Constitucional n. 01, de 17 de outubro de 1969, incumbem ao Departamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Em decorrência do disposto na cláusula primeira, o Estado se obriga a executar, sob a orientação do Ministério da Justiça, através do Departamento, executando-se os encargos relativos à fiscalização e controle do tráfego internacional aéreo e terrestre os seguintes serviços:

- a) — a fiscalização, nos seus portos, de todos os meios de transportes, nacionais e estrangeiros;
- b) — a fiscalização dos passageiros, nacionais e estrangeiros, procedentes do exterior ou que se ausentem do país, por via marítima;
- c) — a fiscalização e o controle dos tripulantes, nacionais e estrangeiros, que atuem nas linhas marítimas de curso internacional;
- d) — os encargos de polícia preventiva e judiciária relativos aos crimes e contravenções praticados a bordo de embarcações marítimas, bem como nas águas territoriais, excetuando-se os de competência de outros órgãos do Departamento;
- e) — o registro e o controle dos estrangeiros entrados no país como permanentes, temporários e asilados políticos que fixem residência no território do Estado;
- f) — a liberdade vigiada dos estrangeiros sujeitos àquela medida, por determinação do Ministério da Justiça;
- g) — a localização e entrega de extraditados, solicitados pelo Supremo Tribunal Federal, à Delegacia Regional do Departamento;
- h) — a instauração de inquéritos policiais ou processos de expulsão, bem como os procedimentos necessários à repatriação e deportação;
- i) — a prorrogação do prazo de estada de estrangeiros entrados no país nas condições de turistas e temporários;
- j) — o cumprimento dos tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil;

k) — a apuração, nas devidas fontes, dos óbitos de estrangeiros verificados na circunscrição do Estado;

l) — a verificação de documentos referentes ao estrangeiro falecido na jurisdição do Estado, e a concessão de autorização para que seja embarcado com destino ao exterior ou a outra unidade da federação;

m) — as sindicâncias necessárias à instrução de processos de naturalização, transformação de visto e retificação de assentamentos da competência do Ministério da Justiça;

n) — a organização e atualização do cadastramento de estrangeiros expulsos do país, repatriado, deportado ou extraditado, cujo processo tenha sido iniciado no território do Estado;

o) — a identificação dos estrangeiros permanentes, temporários e asilados políticos e a expedição de identidade para estes, de acordo com as leis vigentes;

p) — a lavratura de autos, abertura e julgamento de processos administrativos, a apreciação de recursos, no que se refere a infrações que devam ser punidas com multas;

q) — a concessão de passaportes comuns para brasileiros e estrangeiros e a revalidação destes documentos;

r) — a concessão de visto policial de saída aos titulares de passaportes válidos, brasileiros e estrangeiros.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em consequência das atividades enumeradas na cláusula anterior, o Estado se compromete a fornecer ao Departamento:

a) — relação mensal e específica dos transportes marítimos, de linha internacional, em rigorosa ordem de entrada e saída, no ou do seu território;

b) — relações gerais, listas de passageiros e rol de tripulantes, pertinentes à fiscalização de embarcações marítimas de curso internacional;

c) — cartões internacionais de embarque desembarque, alusivos à fiscalização de passageiros, nas viagens marítimas;

d) — cópia dos requerimentos de embarque e desembarque de tripulantes marítimos, seja qual for o motivo;

e) — cópias dos requerimentos de transbordo de passageiros e tripulantes nas viagens marítimas;

f) — de imediato, os nomes dos passageiros e tripulantes que deixem de tomar as respectivas embarcações, bem como o posterior reembarque;

g) — de imediato, todos os dados relativos a incêndios, desastres e outras ocorrências verificadas em suas águas territoriais ou nas embarcações marítimas, comunicando a instauração dos respectivos inquéritos e a sua conclusão;

h) — cópias dos termos de óbitos de estrangeiros, lavrados a bordo de embarcação e dos ocorridos na jurisdição do Estado;

i) — cópias dos requerimentos de embarque e desembarque de cadáveres por via marítima;

j) — cópias de todos os registros e inscrições de estrangeiros, feitos no território do Estado;

k) — dados detalhados sobre repatriação, deportação, expulsão e extração ocorridos na jurisdição do Estado;

l) — relação mensal e cópias dos pedidos de naturalização, transformação de visto e prorrogação de estada;

m) — relação mensal dos estrangeiros encontrados em situação irregular no território do Estado;

n) — remessa, ao Instituto Nacional de Identificação do Departamento, da individual datiloscópica dos estrangeiros identificados, acompanhada de sua completa qualificação;

o) — relação mensal e cópias dos requerimentos de passageiros comuns expedidos para brasileiros e estrangeiros;

p) — relação mensal e cópias dos vistos policiais de saída concedidos a brasileiros e estrangeiros;

q) — relação mensal dos passaportes prorrogados, apreendidos e inutilizados;

**CLÁUSULA QUARTA:** A execução dos encargos enumerados na cláusula segunda efetuar-se-á de conformidade com as leis, regulamentos, portarias, decisões ou quaisquer atos emanados de autoridade Federal competente, podendo o Estado disciplinar, por lei ou ato administrativo, os processos de execução desses encargos.

**CLÁUSULA QUINTA:** Para a perfeita execução das atividades delegadas, o Departamento se obriga a fornecer ao Estado toda legislação e normas que regulem ou orientem a execução dos encargos relacionados com a matéria delegada.

**CLÁUSULA SEXTA:** Os serviços, objeto deste Convênio, serão, o quanto possível, centralizados, de modo a evitar-se, nos limites territoriais do Estado a duplicidade de tarefas e assegurar-se a necessária uniformidade de execução.

**CLÁUSULA SETIMA:** Ao Estado cabe a instalação condigna do órgão encarregado da execução do presente Convênio, bem como o onus de sua integral manutenção e fornecimento do material necessário ao funcionamento.

**CLÁUSULA OITAVA:** A Chefia do órgão incumbido da execução do presente Convênio, recairá em Delegado de Polícia estável, indicado pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.

**CLÁUSULA NONA:** O órgão do Estado encarregado da execução do presente Convênio, subordinar-se-á, doutrinária e normativamente ao Departamento, do qual, através de sua Delegacia Regional, receberá diretrizes relativas ao desempenho das atividades delegadas.

**CLÁUSULA DECIMA:** Para ocorrer às despesas resultantes da execução das atividades delegadas, caberá ao Estado 80% (oitenta por cento) dos valores das taxas federais cobradas, devendo os restantes 20% (vinte por cento) ser recolhidos aos cofres da União, através do Banco do Brasil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Será de 5 (cinco) anos o prazo de vigência do presente Convênio, podendo ser denunciado, a qualquer época, mediante comunicação escrita de uma das partes, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou prorrogada por prazo avançado entre os convenientes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Em caso de denúncia do Convênio ou de sua extinção por decurso do prazo previsto, o Estado se obriga a entregar ao Departamento independentemente da obrigação assumida na cláusula terceira, todo o acervo relativo ao controle e registro das atividades relacionadas na cláusula segunda.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Por estarem de plano acordo, assinam os convenientes o presente em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito.

Brasília DF, em 7 de agosto de 1972.

a) General Nilo Caneppe Silva

Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal

a) General Mário Carneiro Portes

Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 74-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a pensão mensal concedida a Vicentina de Moraes Gomes. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N. 74-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a pensão mensal concedida à Vicentina de Moraes Gomes, através da Lei n. 60-48, publicada no Diário Oficial n. 298, de 25 de fevereiro de 1948.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1971.

a) Dep. Erondy Silvério.

## JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei visa, antes de tudo corrigir a desatualização do valor da pensão, provocada, é evidente pelo longo tempo decorrido e pela constante alta do custo de vida.

Além do mais, trata-se a beneficiária da viúva de João Gomes, ex-funcionário do "Detran", falecido em serviço, a qual conta atualmente com mais de 70 anos de idade.

Nestas condições, apresentamos a presente iniciativa à consideração de nossos ilustres Pares esperando se lhe dê o indispensável apoio, e, afinal, a necessária aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 74-71

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) mensais pensão concedida a Vicentina de Moraes Gomes.

## PARECER

I — Existe lei regulando a matéria.

II — No entanto, em se tratando de medida meramente autorizativa, em que cabe ao Poder Executivo dar a palavra final, concordamos em que esta oportunidade seja concedida.

Parecer favorável

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carrazai — Relator

Luiz Roberto Soares

Ovídio Franzoni

Cândido Martins de Oliveira

Santos Lima



## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 74-71

1) — O presente plano de lei que ora examinamos, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, pretende autorizar o Poder Executivo, a elevar para Cr\$ 200.00 (duzentos cruzeiros), a pensão mensal concedida à Vicentina de Moraes Gomes.

2) — Sobre esta proposição já ofereceu parecer favorável a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3) — O presente Projeto de Lei é de caráter puramente autorizatório, não apresentando nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o parecer:

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente  
David Federmann — Relator  
Antonio L. Júnior  
Jorge Sato

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Florestal. — Pareceres favorável da C.C.J. e contrário da C.F. — Rejeitado.

## PROJETO DE LEI N.º 111-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um parque florestal.

Art. 2.º — Para a execução do artigo anterior fica, também, o Poder Executivo, autorizado a proceder a desapropriação de área de terras junto à BR-277, limites com o Município de Prudentópolis, consignando no Orçamento Geral do Estado, verba para este fim.

Art. 3.º — A Secretaria da Agricultura caberá, administrar e coordenar a implantação do parque.

Art. 3.º — A Secretaria da Agricultura caberá, administrar e coordenar a implantação do parque.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de junho de 1971.

a) Dep. Nivaldo Krüger

## JUSTIFICATIVA:

É preocupação constante dos poderes públicos a conservação de áreas verdes para preservação, não só da fauna como da flora, bem como, também, para incrementar o desenvolvimento do turismo, através da construção de "campings" e locais reservados para acampamentos.

O local proposto, que conta atualmente, com mais de cinco mil hectares de matas, é uma área ideal para a construção e implantação de um parque florestal, eis que localizada às margens da BR-277, limites com o Município de Prudentópolis, lugar de fácil acesso, via turística dos países vizinhos, Argentina e Paraguai.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 111-71

AUTOR: — Dep. Nivaldo Krüger

## PARECER

1) — O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nivaldo Krüger, visa a criar, no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um parque florestal.

2) — Este plano de lei está devidamente articulado com o que prescreve o art. 123 e parágrafos, do Regimento Interno.

3) — Prevê a preservação, não só da fauna como da flora, bem como a incrementação do turismo e vem ao encontro da política adotada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, que se empenha na concretização desta, conforme se verifica do contido no Ofício n.º 452-72, de 25 de abril de 1972, incluso, daquela Pasta.

4) — Pelas razões expendidas, e não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, opinamos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente  
Paulo Camargo — Relator  
Cândido Martins de Oliveira  
Basilio Zanusso  
Maurício Fruct  
Erondy Silvério

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 111-71

A iniciativa é das mais simpáticas e se fundamenta em sólidos argumentos. Todavia, a Secretaria da Agricultura, como se vê do processo, chamada a opinar sobre a matéria salientou que "no decorrer deste ano, está impossibilitada de prestar a necessária assistência, visto que o quadro técnico que dispomos não é o suficiente para suprir as necessidades, bem como, a inexistência de materiais específicos indispensáveis à assistência.

Diante disso, opino pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente  
João Fadel — Relator  
Antonio L. Júnior — vencido  
Odilon Reinhardt

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142-71, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, autoriza o Poder Executivo construir através do D.E.R., uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina, e São Jerônimo da Serra. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Em regime de urgência. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 142-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através do D.E.R., uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, respectivamente.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971.

a) Dep. Lázaro Dumont

## JUSTIFICATIVA:

A ponte cuja construção propomos teria, já nos dias atuais, importância singular. A diversificação e o volume da produção agrícola de Londrina e São Jerônimo por si nos já dizem, eloquentemente, o quanto a ponte referida facilitaria e tornaria menos oneroso o escoamento das safras.

Não bastasse isso, é de levar-se em consideração, também, a elevadíssima importância que assumirá essa ponte, tão logo concretizada a decidida disposição do atual Governo de ligar por asfalto as localidades de Mauá e Londrina. Isso feito, não apenas as comunas citadas, como as demais das cercanias, que compõem riquíssima e progressista região, teriam acesso rápido e fácil à fita asfáltica que carreará para os portos e centros consumidores toda a imensa e variada produção regional.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 142-71

AUTOR: — Dep. Lázaro Dumont

SÚMULA: — Autoriza o Poder Executivo construir, através do DER, uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra.

A iniciativa do ilustre autor do Projeto de Lei em tela, é justa e oportuna. Está minuciosamente justificada e instruída com solicitação da Câmara Municipal de Londrina.

O referido Projeto não fere qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional, por conseguinte, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

(aa.) Emílio Carazzal — Presidente  
José Muggiati Filho — Relator  
Armando Queiroz  
Odilon Reinhardt  
Gilberto Carvalho  
Cândido M. de Oliveira  
Borsari Netto

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 142-71

A justificativa nos convence da necessidade da medida pleiteada. Não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira, pois, se trata de matéria meramente autorizatória.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

(aa.) Leopoldo Jacomel — Presidente  
Paulo Poli — Relator  
Gabriel Manoel  
Fuad Nacli

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 142-71

De iniciativa do Deputado Lázaro Dumont, atendendo solicitação da Câmara Municipal de Londrina, o Projeto de Lei em exame, autoriza o Poder Executivo a construir, por intermédio do D.E.R., uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, respectivamente.

A matéria já recebeu parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças. Quanto ao mérito, que cabe a esta Comissão apreciar, nada temos a opor, pois a justificativa do autor nos convence da necessidade e oportunidade da medida pleiteada.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em ... de maio de 1972.

(aa.) Borsari Netto — Presidente  
Xenofonte Villanueva — Relator  
Lázaro Dumont  
Hélio Manfrinato  
Gabriel Manoel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205-71, de autoria dos Deps. Lázaro Dumont e Ivo Thomazoni, autoriza o Poder Executivo firmar convênio através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para construção de uma ponte sobre o rio Andradá conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F.C.O.P.T.C. — Em regime de urgência. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 205-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andradá, na estrada que liga a sede do referido Município ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

aa) Deputados Lázaro Dumont e Ivo Thomazoni, com apoioamento dos Senhores Deputados — Antonio Belinati — João Fadel — Igo Losso — Borsari Netto — João Mansur — Armando Queiroz — Erondy Silvério — Pinto



Dias — Maurício Fruct — Arizone Araújo — Fabiano B. Cortes — David Federmann — Santos Lima — Nelson Buffara — Sebastião R. Júnior — Marciano Bararriuk — Emilio Carazzai — Gabriel Manoel — Leopoldo Jacomet — Fuad Nacli — Acyr José — Muggiati Filho — Quielse Crisóstomo da Silva — Antonio Franco Ferreira da Costa — Alvaro Dias.

#### JUSTIFICATIVA:

É de imperiosa necessidade para a comunidade de Leônidas Marques, a construção da ponte sobre o rio Andradá, na estrada ligando a sede do Município ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Aliás, com esse objetivo, a Câmara Municipal local aprovou Lei n. 31-69, autorizando a Prefeitura a firmar convênio com o Estado.

Trata-se de região eminentemente agrícola, que tem absoluta necessidade dessa ponte, a fim de poder dar escoamento a toda a sua produção.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 205-71

AUTOR: Dep. Lázaro Dumont e outros

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para a construção de uma ponte sobre o rio Andradá.

#### PARECER

1) — O Projeto de Lei em tela vem articulado e justificado, em termos em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Trata-se, como é bom de ver, de simples autorização legislativa. Quanto ao aspecto constitucional e legal, não encontramos qualquer óbice. No que diz respeito a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa que acompanha a iniciativa.

3) — Nestas condições, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Muggiati Filho — Arthur de Souza — Gilberto Carvalho — Igo Losso

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI N. 205-71

A Proposição está em condições de ser discutida e votada. Quanto a parte financeira, que nos cabe analisar não encontramos nenhum impedimento.

Opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em... de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

David Federmann — Relator

Odilon Reinhardt — Antonio Lopes Júnior — Antonio Belinati — João Fadel

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PARECER AO PROJETO DE LEI N. 205-71

De autoria do ilustre Deputado Lázaro Dumont, objetiva autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Capitão Leônidas Marques, destinado a construção de uma ponte sobre o rio Andradá, na estrada que liga a sede do referido Município ao Distrito de Boa Vista da Aparecida.

No mesmo sentido, a Câmara Municipal por intermédio da Lei n. 31-69, segundo informa o nobre autor, tra justificativa, autorizou o Executivo municipal a tomar idêntica providência.

Há suporte constitucional para a medida proposta, conforme o parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça e, quanto ao aspecto financeiro, nos termos do parecer da egrégia Comissão de Finanças, não existe qualquer impedimento.

Esta, portanto, é a comissão de mérito, relativamente à matéria do Projeto em exame.

Sem dúvida, um entendimento que lograsse a edificação da mencionada ponte, traria não só ao Município de Leônidas Marques, mas a toda a região, incalculáveis benefícios de ordem econômico-financeira. A obra consulta aos interesses do Estado, sob o prisma das conveniências viárias.

Opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em...

aa) Borsari Netto — Presidente

Xenofonte Villanueva — Relator

Hélio Manfrinato — Lázaro Dumont — Gabriel Manoel

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 109-72, de autoria do Dep. Arthur de Souza, autoriza o Poder Executivo transferir de Godolina Godolfim Schultz, para sua filha Carolina Schultz, a pensão mensal concedida pela Lei n. 2.334, de 3-3-52, alterada pelas Leis ns. 2.290 e 1912 de 18-5-54. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N. 109-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a pensão mensal concedida à viúva Godolina Godolfim Schultz, pela Lei n. 2.334, de 3-3-1952, alterada pelas Leis ns. 2.290, de abril de 1952 e 1.912, de 18-5-1954, em favor de sua filha Carolina Schultz, em virtude de seu falecimento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

a) Arthur de Souza

#### JUSTIFICATIVA:

Julgo ser de inteira justiça a transferência da pensão mensal concedida pela Lei n. 2.334, de 3-3-1952, e posteriormente modificada pelas Leis ns. 2.290, de abril de 1952 e 1.912, de 18-5-1954, à viúva do ex-2.º Tenente da Força Militar do Estado, Fernando Frederico Schultz, Senhora D. Carolina Godolfim Schultz, em virtude de seu falecimento, em favor de sua filha Carolina Schultz.

Em consonância com as exigências sociais e humanas, é de se transferir à

filha de uma viúva sem recurso, a pensão que lhe havia sido concedida, para minorar sua precária situação financeira.

Pelo alto sentido humano da medida ora formulada, espero que a mesma receba desta Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N. 109-72

AUTOR: Dep. Arthur de Souza

1) — Pretende o nobre Deputado Arthur de Souza, autorizar o Poder Executivo, por intermédio do presente plano de lei, a transferir a pensão mensal concedida à viúva Godolina Godolfim Schultz, pela Lei n. 2.334, de 3-3-52, alterada pelas Leis ns. 2.290, de abril de 1952 e 1.912, de 18-5-54, em favor de sua filha Carolina Schultz, em virtude de seu falecimento.

2) — Trata-se de matéria puramente autorizatória e quanto a sua oportunidade convence-nos a justificativa de seu ilustre autor.

3) Quanto aos aspectos constitucionais ou legais, que cabe a esta Comissão examinar, não há restrições a fazer, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Borsari Netto — Emilio Carazzai — Mauricio Fruct — Muggiati Filho — Paulo Camargo

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI N. 109-72

AUTOR: Dep. Arthur de Souza

Não há impedimento algum no se atender ao pedido constante do presente Projeto de Lei.

Trata-se apenas de transferência de pensão de uma pessoa falecida para outra.

Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

Odilon Reinhardt — Jorge Sato

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 145-75 — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 50.º aniversário de fundação da Sociedade de Agricultura "União", de Rio Negro, ocorrido no último dia 5. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 40.º aniversário da fundação da Firma Hermes Macedo S.A. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução ns. 28-72 e 29-72 e dos Projetos de Lei ns. 74-71, 142-71, 205-71 e 109-72.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 316-70.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N. 293-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.407, de 24 de outubro de 1.972, deste Poder

##### R E S O L V E :

Designar Luciano Antonio Bittencourt, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista no Gabinete da 2a. Secretaria, a partir de 1.º de outubro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de outubro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 294-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.514, de 26 de outubro de 1.972, deste Poder,

##### R E S O L V E :

conceder a Wilma Wambier Gusso, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 1.º de novembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de outubro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 295-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.907, de 4 de setembro de 1.972, deste Poder,

##### R E S O L V E :

designar Eumenia de Oliveira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Comissão de Tomada de Contas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de outubro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA N. 296-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 8.561, de 26 de outubro de 1.972, deste Poder,

##### R E S O L V E :

lotar José Francisco Cabral de Queiroz, ora a disposição deste Poder, no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de outubro de 1.972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral